OBPETRO

OBSERVATÓRIO SÓCIOECONÔMICO DOS MUNICÍPIOS PRODUTORES DE PETRÓLEO

Boletim Técnico nº 1

ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (1992-2018)

Por Robson Santos Dias[1][2]

[1] Professor do Instituto Federal Fluminense – Campus Cabo Frio.

[2] A pesquisa contou o apoio técnico dos bolsistas de iniciação científica: André Reis Portes, graduando em geografia no Instituto Federal Fluminense – Campus Campos Centro, bolsista PIBIC-CNPq; Thobias Moraes Barreto, graduando em geografia no Instituto Federal Fluminense – Campus Campos Centro, bolsista do Programa Viva Ciência da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes; Samira Santos Ferreira, estudante do curso técnico integrado em petróleo e gás no Instituto Federal Fluminense – Campus Cabo Frio, bolsista ICJ-CNPq.

Sumário

Introdução 3

Análise da dinâmica do emprego formal do Estado do Rio de Janeiro frente aos demais estados d federação entre 1992 e 2018 ..... **4**

Evolução do emprego formal na década de 1990 4

Evolução do emprego formal entre 2001 e 2018 6

Análise comparada da dinâmica do emprego dos municípios e das regiões fluminenses entre 1992 e 2001 ..... **11**

Evolução do emprego formal entre 1992 e 2000 11

Evolução do emprego formal entre 2001 e 2010 17

Evolução do emprego formal entre 2011 e 2018 22

Conclusões **30**

INTRODUÇÃO

O objetivo deste boletim é analisar a evolução do emprego formal nos municípios do Estado do Rio de Janeiro (ERJ) a partir dos dados disponibilizados na base *online* do Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho do Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério da Economia[3]. O estudo abarca o período entre 1992 e 2018[4]. Optou-se por seriar a análise em três períodos que representam momentos diversos da economia brasileira e fluminense: a década de 1990 (1992-2000), a década de 2000 (2001-2010) e a década de 2010 (2011-2018).

Para dar amplitude à investigação, optou-se por organizar a análise em quatro recortes comparativos. O primeiro recorte compara o desempenho do ERJ frente às demais unidades da federação, de modo a situar o mercado de trabalho fluminense ao quadro nacional. O segundo recorte separa os municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) e os municípios do interior, enquanto que o terceiro recorte separa o Município do Rio de Janeiro (MRJ) dos demais municípios metropolitanos. Dado o quadro de concentração econômica e populacional do estado, esses dois recortes são úteis para compreender os respectivos pesos da RMRJ, do MRJ e dos municípios do interior na dinâmica do mercado de trabalho. O quarto recorte trata da análise da evolução dos mercados de trabalhos municipais agregados segundo a regionalização oficial do estado, o que permitirá identificar as áreas de maior e menor dinamização da produção de empregos formais. Já os mapas permitem uma visão mais individualizada dos municípios do ERJ, permitindo situar de modo comparativo tanto em relação ao conjunto dos municípios fluminenses, quanto em relação à dinâmica global do Brasil.

[3] Anteriormente no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego.

[4] A base de dados do RAIS se estende até o ano de 1985, mas por algum motivo que desconheço, a base online do PDET não disponibiliza mais os dados de empregos formais entre 1985 e 1991, o que é lamentável.

ANÁLISE DA DINÂMICA DO EMPREGO FORMAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO FRENTE AOS DEMAIS ESTADOS DA FEDERAÇÃO ENTRE 1992 E 2018

A evolução do emprego formal na década de 1990

A década de 1990 se caracterizou pelo baixo crescimento do emprego formal para o conjunto do Brasil. Conforme demonstrado na Tabela 1, entre 1992 e 2000 o mercado de trabalho teve uma variação positiva de 19,5%, configurando uma média anualizada de 2,2% de crescimento. Essa média foi inferior ao acumulado de crescimento do PIB, que foi de 24,6%, com uma média anualizada de 2,6%. O período apresentou, entretanto, duas tendências diversas. Entre 1992 e 1995 a tendência foi de perda de dinamismo na produção de empregos formais, enquanto que a partir de 1996 começou uma pequena, mas firme reação, que se acelerou a partir dos anos de 1999, tendência que se manteve de modo sustentada até 2014.

Tabela 1: Síntese da dinâmica global do emprego do Brasil (1992-2000)

Empregos Formais - anos selecionados				PR[1]			Pop. X Emp.	
	1992	2000	Variação	1992	2000	Variação	1992[2]	2000[3]
Região Sudeste	12.532.519	14.042.822	12,1%	57,1%	53,5%	-6,2%	19,7%	19,4%
Região Sul	3.806.885	4.625.153	21,5%	17,3%	17,6%	1,7%	17,0%	18,4%
Região Nordeste	3.246.175	4.090.057	26,0%	14,8%	15,6%	5,5%	7,6%	8,6%
Região Centro Oeste	1.377.028	2.091.439	51,9%	6,3%	8,0%	27,1%	14,2%	18,0%
Região Norte	994.735	1.379.158	38,6%	4,5%	5,3%	16,1%	9,4%	10,7%
ERJ	2.619.971	2.718.138	3,7%	11,9%	10,4%	-13,1%	20,3%	18,9%
Brasil	21.957.342	26.228.629	19,5%	-	-	-	14,7%	15,5%

Fonte: RAIS. [1] Participação relativa. [2]IBGE população estimada. [3]Censo 2000.

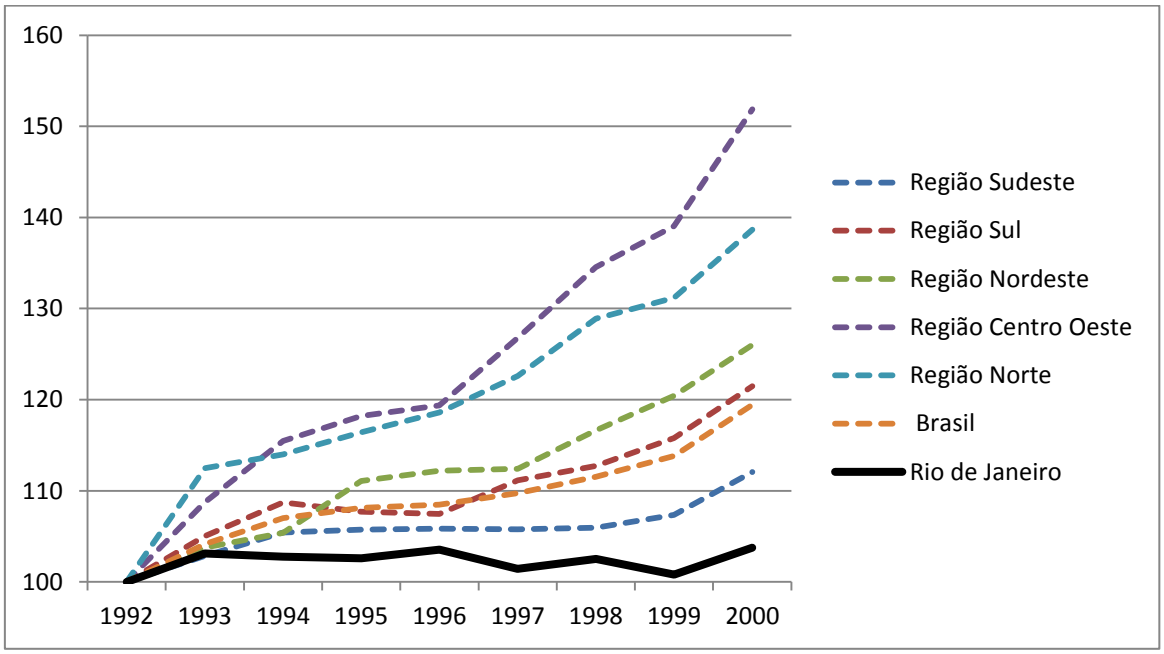
A região Sudeste foi a única que manteve um crescimento acumulado inferior à taxa nacional, com 12,1% de crescimento. Dado o peso de seu mercado de trabalho, mais da metade do estoque do país na década de 1990, o menor dinamismo do Sudeste puxou a taxa brasileira para baixo. Todas as outras regiões apresentaram desempenhos relativos melhores com destaque para as regiões Centro Oeste (51,9%) e Norte (38,6%), mas que têm, entretanto peso diminuto no mercado de trabalho nacional. As regiões Nordeste (26%) e Sul (21,5%) apresentaram desempenho pouco acima da média brasileira.

Um efeito benéfico desse processo foi a continuidade da desconcentração da oferta de trabalho em benefício das regiões menos desenvolvidas. O Sudeste apresentou perda de -6,2% de sua participação, que se reduziu de 57,1% para 53,5%. A segunda região mais desenvolvida, o Sul, teve modesto crescimento de 1,7% na sua participação, enquanto que o Nordeste (5,5%), o Norte (16,1%) e o Centro Oeste (27,1%) apresentaram resultado superior.

Tal situação, entretanto, precisa ser relativizada pela razão entre o mercado de trabalho formal e a população das regiões. O quadro brasileiro de maneira geral é de pequena participação do emprego formal junto à população em idade ativa (em 2000,

23,9%), mas o quadro teve discreta melhora entre 1992 e 2000, quando os empregos formais passaram de 14,5% para 15,5% da população total[5]. As regiões Norte e Nordeste foram as que apresentaram situação de maior precariedade. Entre 1992 e 2000, essas regiões evoluíram de 9,4% para 10,7% no Norte e 7,6% para 8,6% no caso do Nordeste. O Centro Oeste evoluiu de 14,2%, pouco inferior à média brasileira, para 18%, se aproximando do Sul (17% para 18,4%) e do Sudeste (19,7% para 19,4%), este no caso tendo uma variação discretamente negativa.

Figura 1: Evolução comparada da taxa de crescimento do ERJ na década de 1990



Fonte: Elaborado a partir do RAIS

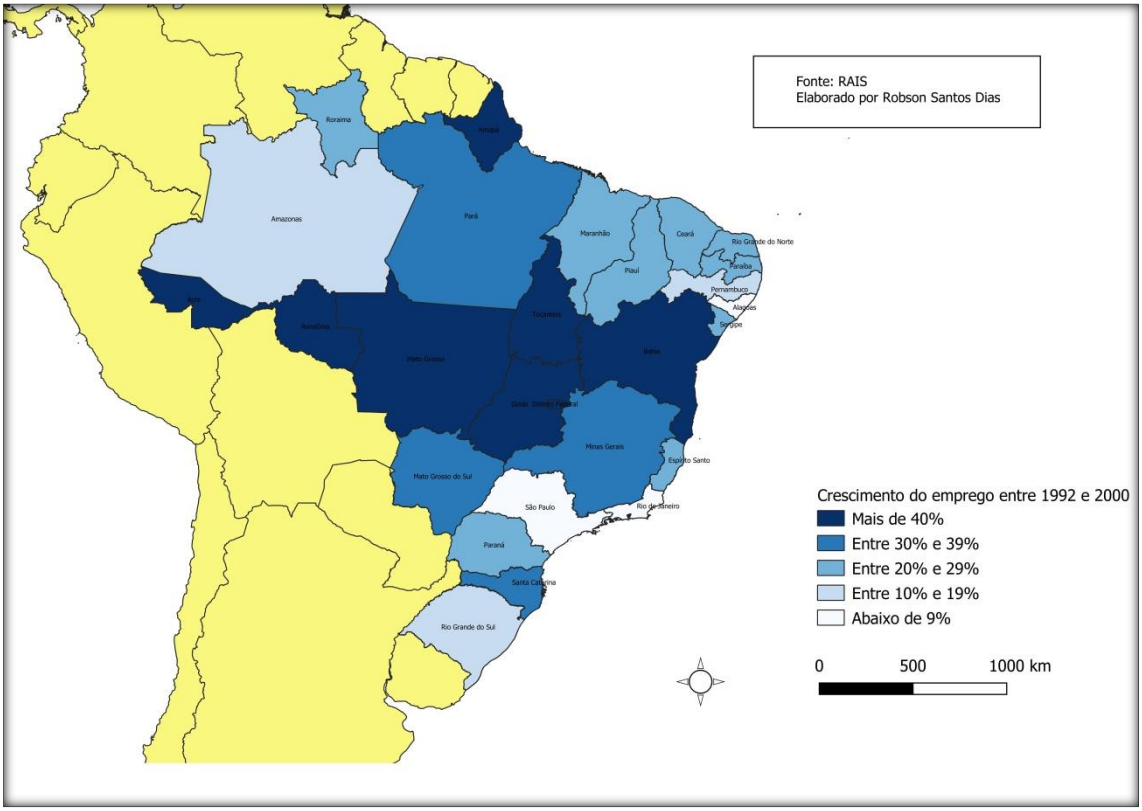
O ERJ foi ao longo do período a unidade da federação de pior desempenho (3,4%), inferior inclusive a São Paulo, o maior mercado de trabalho estadual. O desempenho negativo foi determinante para a perda de participação no mercado de trabalho nacional, sendo superado ao fim da década de 1990 por Minas Gerais, que apresentou durante todo o período um crescimento superior à média nacional. No caso, a participação do ERJ caiu de 11,9% para 10,4% do total nacional, uma queda de -13,1%. O Gráfico 2 apresenta a comparação do desempenho entre o ERJ, as Grande Regiões e o Brasil, no qual se verifica o desempenho abaixo da média. Verifica-se que enquanto as demais regiões, com exceção do Sudeste, iniciaram uma tendência de alta em meados da década, o ERJ só conseguiu dar sua "inflexão positiva" no final da década. Isso demarca uma característica da economia fluminense que será confirmada no decorrer deste estudo: o ERJ costuma ser estado mais afetado durante os ciclos de crise no Brasil e o que responde com mais vagar e em menor intensidade os ciclos de retomada econômica.

[5] Em 1992, entretanto, a estatística da população é uma estimativa imediatamente posterior ao Censo de 1991, enquanto que em 2000 o resultado do Censo.

No tocante à razão emprego/população residente, a situação fluminense é superior à média nacional, mas contou com a deterioração da relação ao longo da década. Se 1992 os empregos formais representaram 20,3% da população estimada, caiu para 18.9% da população recenseada em 2000. Ainda assim, o ERJ é o 4º melhor colocado nesse indicador, atrás somente do Distrito Federal, São Paulo e Santa Catarina.

No Mapa 1, abaixo, está sintetizado espacialmente a evolução dos estados ao longo da década de 1990.

Mapa 1: Evolução percentual total do mercado de trabalho entre 1992 e 2000



A evolução do emprego formal entre 2001 e 2018

A tendência verificada a partir da segunda metade da década de 1990 se acentuou nos anos 2000, que apresentou um crescimento sustentado do emprego até 2014. Em 2015 essa dinâmica sofreu uma brusca interrupção como consequência do colapso da economia brasileira.

O dinamismo do mercado de trabalho acompanhou o momento relativamente bom da economia brasileira. A primeira década dos anos 2000 apresentou um ritmo de crescimento econômico superior à década precedente, apresentando o melhor resultado da economia brasileira desde a década de 1970[6]. O mercado de trabalho,

[6] Em 1970, o crescimento médio do PIB brasileiro foi de 8,67% ao ano. A partir da década de 1980 instalou-se um novo normal na economia brasileira, que passou a conviver com baixas taxas de crescimento econômico, entremeado por "voos de galinha". Assim, na década de 1980, o crescimento anual médio foi de 1,66%, na década de 1990, 2,63% e na década de

por seu turno, chegou a crescer de forma mais acelerada que o próprio PIB, atingindo uma taxa anualizada de 5,3% de crescimento do emprego formal. No total, o ritmo global do Brasil foi três vezes maior em relação à década de 1990.

Tabela 2: Síntese da dinâmica global do emprego do Brasil (2001-2010)

Empregos Formais - anos selecionados				PR[1]			Pop. X Emp.	
	2001	2010	Variação	2001	2010	Variação	2001[2]	2010[3]
Região Sudeste	14.437.616	22.460.999	55,6%	53,1%	51,0%	-4,0%	19,7%	27,8%
Região Sul	4.859.793	7.557.531	55,5%	17,9%	17,1%	-4,1%	19,1%	27,3%
Região Nordeste	4.246.540	7.374.214	73,7%	15,6%	16,7%	7,1%	8,8%	13,8%
Região Centro Oeste	2.175.406	3.630.804	66,9%	8,0%	8,2%	3,0%	18,3%	26,1%
Região Norte	1.470.259	3.044.807	107,1%	5,4%	6,9%	27,8%	11,1%	19,8%
ERJ	2.801.370	4.080.082	45,6%	10,3%	9,3%	-10,1%	19,2%	25,5%
Brasil	27.189.614	44.068.355	62,1%				15,8%	23,0%

Fonte: RAIS. [1] Participação relativa. [2] IBGE população estimada. [3] Censo 2010.

Com efeito, o resultado de todas as grandes regiões brasileiras foi bastante positivo de modo global, mantendo-se, todavia, a discreta, porém continuada tendência de desconcentração da oferta de empregos, em benefício das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que tiveram crescimento da participação em 27,8%, 7,1% e 3% respectivamente. O Sudeste perdeu 4,0% de participação, reduzida a 51% em 2010 e o mesmo ocorrendo com o Sul, cuja perda de 4,1% levou sua participação se reduzir a 17,1% em 2010.

As consequências do crescimento global da produção de empregos foram bastante favoráveis na razão emprego/população residente em todas as regiões. No final da década o Sudeste chegou a 27,8%, o Sul 27,3%, o Centro Oeste 26,1%, o Norte 19,8% e o Nordeste 13,8%. No Brasil os empregos de 2010 representavam 23% da população recenseada. Neste sentido, o com exceção do Nordeste e do Norte (que, no entanto, se aproximou da média), o quadro global brasileiro ficou superior aos estados de melhor situação em 2000, com exceção do Distrito Federal.

A década de 2010 foi marcada, por outro lado, pelo esgotamento do *boom* da década precedente e pelo colapso da economia a partir de 2015. Entre 2011 e 2014, o crescimento do PIB reduziu-se para a taxa anualizada de 2,13%, enquanto que entre 2015 e 2018 a taxa anualizada foi de -1,8%. Entre 2011 e 2014, entretanto, a taxa de crescimento do emprego manteve-se razoavelmente positiva, apesar da perda de ritmo a partir de 2012. Nos anos de 2015 e 2016 houve, pela primeira vez em anos, taxas negativas de produção de empregos formais, com uma queda total de 7,1% em 2016 em relação a 2014. Nos anos de 2017 e 2018, apesar da taxa de crescimento voltar a ficar positiva, chegou passar de 1% ao ano, o que significa que não houve real recuperação do mercado de trabalho em relação ao biênio 2015/16.

As regiões mais afetadas na sua participação foram o Sudeste, que continuou a apresentar perda relativa, e o Nordeste, que praticamente não alterou seu peso

---

2000, 3,71%. A década de 2010 vem se configurando numa nova década econômica perdida, com uma taxa média de 0,23%.

regional em relação a 2011. A região Sul, por outro lado, viu melhorar sua participação, ao lado do Norte e Centro Oeste que continuaram a melhorar suas posições, apesar de, no caso da região Norte, o tombo ter sido mais acentuado em termos proporcionais.

Tabela 3: Síntese da dinâmica global do emprego do Brasil (2011-2018)

Empregos Formais - anos selecionados				PR[1]			Pop. X Emp.	
	2011	2018	Variação	2011	2018	Variação	2011[2]	2018[2]
Região Sudeste	23.514.877	22.911.116	-2,6%	50,8%	49,1%	-3,2%	29,0%	26,1%
Região Sul	7.902.443	8.225.752	4,1%	17,1%	17,6%	3,4%	28,7%	27,6%
Região Nordeste	7.805.806	7.900.094	1,2%	16,9%	16,9%	0,5%	14,6%	13,9%
Região Centro Oeste	3.849.483	4.179.924	29,1%	8,3%	9,0%	7,8%	23,0%	26,0%
Região Norte	3.238.022	3.414.229	-11,3%	7,0%	7,3%	4,7%	23,9%	18,8%
Rio de Janeiro	4.349.052	4.017.481	-7,6%	9,4%	8,6%	-8,3%	27,0%	23,4%
Brasil	46.310.631	46.631.115	0,7%	-	-	-	24,1%	22,4%

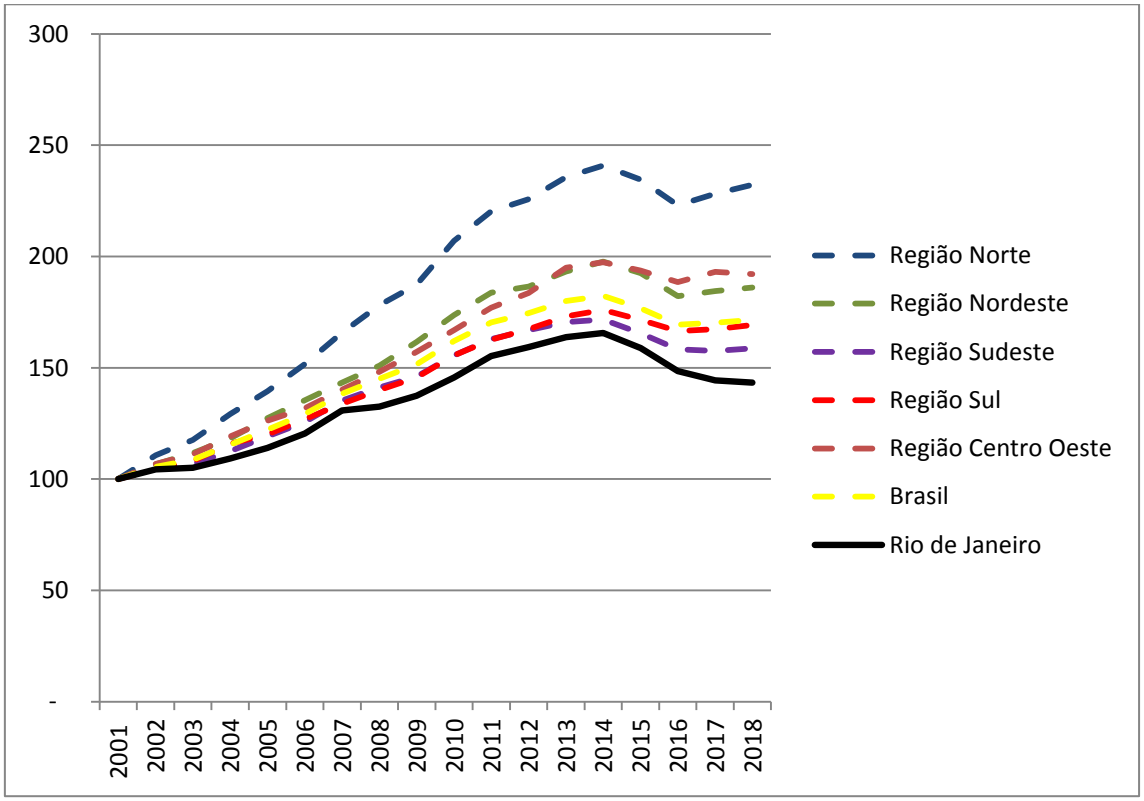
Fonte: RAIS. [1] Participação relativa. [2] IBGE população estimada.

Já a razão emprego/população residente (estimada nesse ínterim), iniciou-se uma inflexão negativa em todas as regiões, com exceção do Centro Oeste. É digno de nota que o Sudeste deixou, segundo as estimativas, de ser a região com a melhor razão, sendo superada pelo Sul e praticamente empatada com o Centro Oeste.

Em relação ao ERJ as tendências verificadas na década de 1990 se confirmaram, já que foi a unidade da federação com menor crescimento ao longo do *boom* da primeira década dos anos 2000. O crescimento acumulado dos empregos formais no estado foi de 45,6%, inferior à média brasileira de 62,1%. A participação relativa caiu para 9,3% em 2010, uma queda de -10,1%, perda maior, inclusive à de São Paulo que vem sofrendo do mesmo processo, porém com uma participação três vezes maior que a fluminense. No que se refere à razão emprego/população, em 2010 ela esteve em 25,5% da população total, resultado positivo derivado ao fato de que, apesar do ritmo de expansão do mercado de trabalho ter sido inferior à média nacional, foi superior à taxa de crescimento demográfico, que foi de 11,3% entre os censos de 2000 e 2010.

Na década de 2010 o impacto da crise iniciada em 2015, ainda não superada, foi particularmente intensa no ERJ, que apresentou uma queda de -7,6% no número total de empregos formais em 2018 em relação a 2011. A participação relativa do estado reduziu-se para 8,6%, uma queda de -8,3%. Outro indicador severamente impactado foi a razão emprego/população, que se reduziu de 27% em 2011 para 23,4% em 2018.

Figura 2: Evolução da taxa de crescimento do Brasil, das grandes regiões e do ERJ



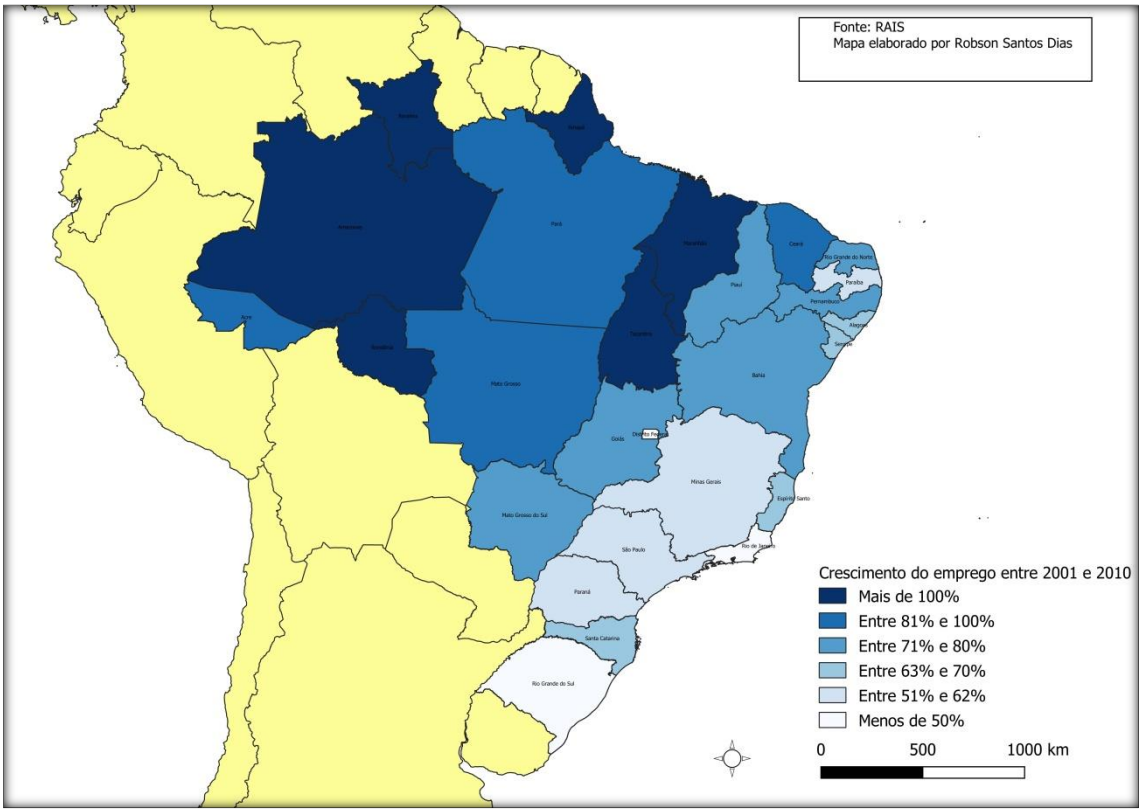
Fonte: Elaborado com base no RAIS

Em síntese, conforme demonstrado no gráfico da Figura 2, o ERJ foi retardatário durante a fase expansiva do mercado de trabalho, mas foi líder com a irrupção da crise, sofrendo os efeitos mais severos e, portanto, sendo um dos estados mais vulneráveis às vicissitudes que rondam o país desde 2015.

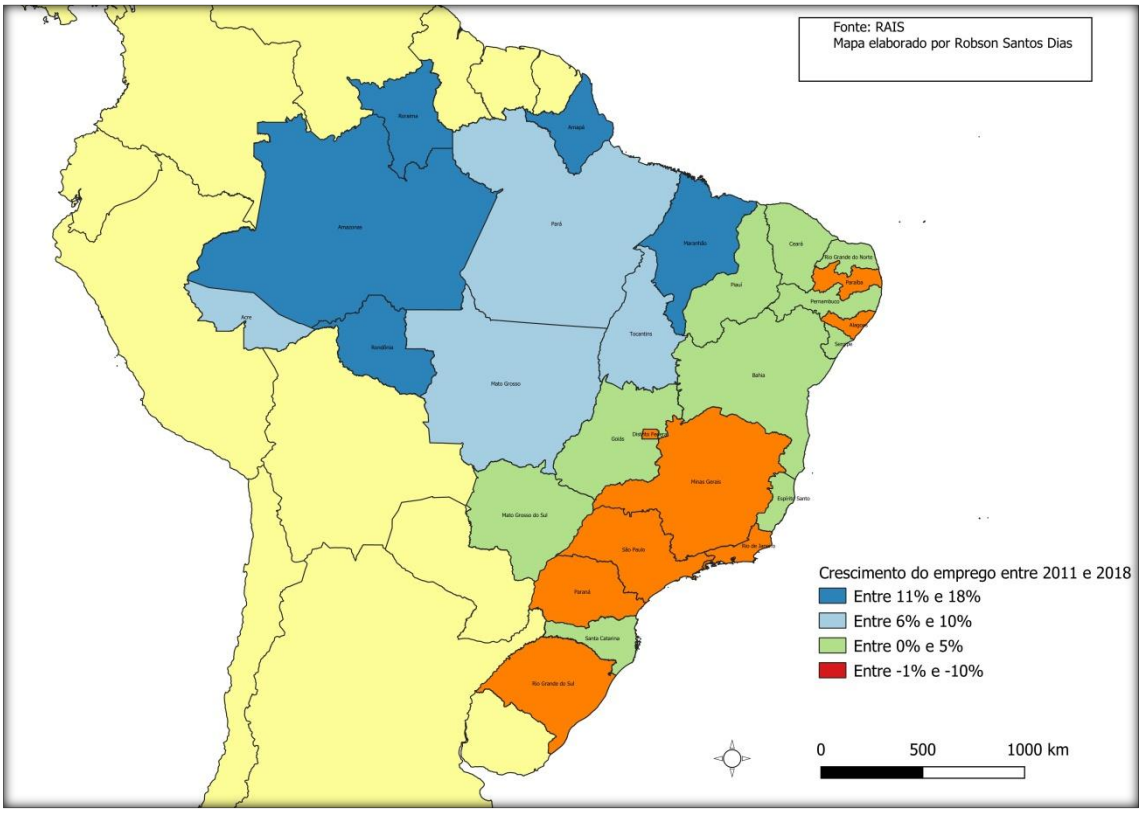
Nos mapas 2 e 3 estão representados, respectivamente, o período expansivo entre 2001 e 2010, e o período de arrefecimento e crise no período entre 2011 e 2018[7]. No mapa 2, se buscou categorizar o desempenho dos estados tendo como referência o crescimento agregado do mercado de trabalho brasileiro, que foi de 62% em 2010. Os estados que cresceram abaixo disso, como foi o caso do ERJ, cresceram abaixo da média nacional. Já em 2018, o mercado de trabalho brasileiro teve um crescimento somente de 1% em relação ao 2018, considerando que o auge foi em 2014 e houve queda em 2015 e 2016 e uma estabilização com discreto saldo positivo em 2017 e 2018. Mais uma vez o ERJ ficou no rol dos estados retardatários, nesse caso, foi estado com a maior queda, de mais de quase 8%.

[7] O impacto da pandemia do Covid-19 só será consolidado nos dados do RAIS em 2021 ou 2022.

Mapa 2: Crescimento do emprego entre 2001 e 2010 (%)



Mapa 3: Crescimento do emprego entre 2011 e 2018 (%)



ANÁLISE COMPARADA DA DINÂMICA DO EMPREGO DOS MUNICÍPIOS E DAS REGIÕES FLUMINENSES ENTRE 1992 E 2001

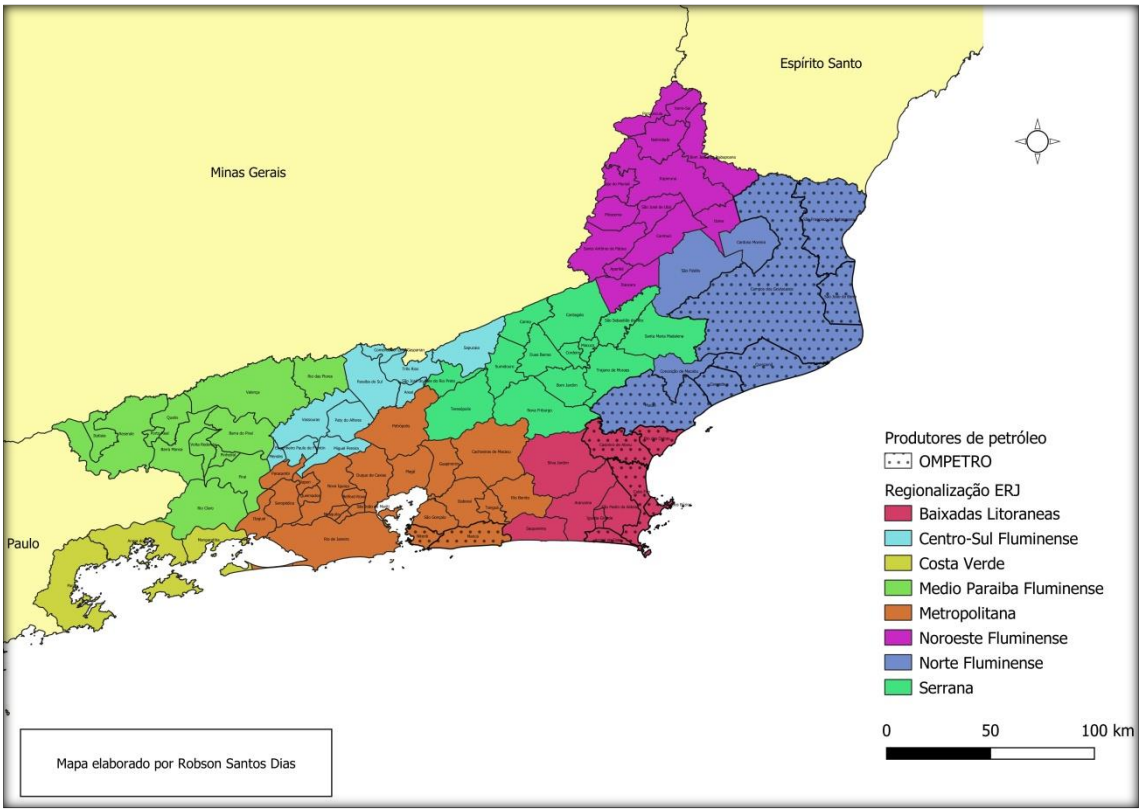
Evolução do emprego formal entre 1992 e 2000

A análise precedente demonstrou que o ERJ foi, ao longo da década de 1990, o estado com pior desempenho do mercado de trabalho, de modo a perder de forma consistente a sua participação relativa no país. Esse período foi, entretanto, marcado por importantes transformações econômicas e espaciais no estado, cujo principal motor foi o impulso da produção de petróleo e gás natural, advindo da maturação dos investimentos da Petrobras na Bacia de Campos e das mudanças no marco regulatório do setor, a partir da Lei 9478/1997, a Lei do Petróleo, que abriu o mercado de exploração e produção no Brasil e instituiu as novas regras de cálculo e rateio dos royalties e das participações especiais, esta uma novidade da lei.

O ERJ marca uma característica particularmente especial: a extrema concentração da população e da atividade econômica no Município do Rio de Janeiro (MRJ) e na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), tendo o interior uma participação historicamente diminuta no estado. Assim, um aspecto metodológico da análise que se segue é a desagregação da evolução do mercado de trabalho fluminense entre capital, região metropolitana e interior, considerando ainda o desempenho segundo as regiões oficiais do estado e região dos "municípios produtores de petróleo", organizados por meio da OMPETRO[8]. Desse modo, é possível acompanhar a evolução dos mercados de trabalho regionais.

[8] Organização dos Municípios Produtores de Petróleo foi criada em 2001 congregando os municípios de Campos dos Goytacazes, São Francisco de Itabapoana, São João da Barra, Quissamã, Carapebus, Macaé, Rio das Ostas, Casemiro de Abreu, Armação de Búzios e Cabo Frio. A partir de 2006, passaram a fazer parte da OMPETRO os municípios de Arraial do Cabo e Niterói (CRESPO et al, 2019). Apesar de nesta seção se tratar da década de 1990, antes da fundação da OMPETRO, o recorte será utilizado para analisar o mercado de trabalho dos municípios que era zona de influência direta da Bacia de Campos.

Mapa 4: As regiões oficiais do ERJ e a "região da OMPETRO"



Segundo consta na Tabela 4, a RMRJ apresentou ligeira queda de -0,4%, enquanto que o interior apresentou ganho de 30,6%. O impacto dessa evolução ao longo da década de 1990 foi que a RMRJ teve perda de participação de -1,7%, caindo de 84,7% para 83,3%. Em números absolutos, a RMRJ perdeu 8.214 empregos e o interior ganhou 106.381 empregos entre 1992 e 2000. O resultado negativo da RMRJ, porém, foi puxado pelo MRJ, que responde por mais de três quartos dos empregos da região. No caso, o MRJ perdeu 99.738 empregos (-5,4%) entre 1992 e 2000, enquanto que os demais municípios metropolitanos tiveram crescimento um saldo de 91.521 empregos, ou seja, 20,8% de expansão na década.

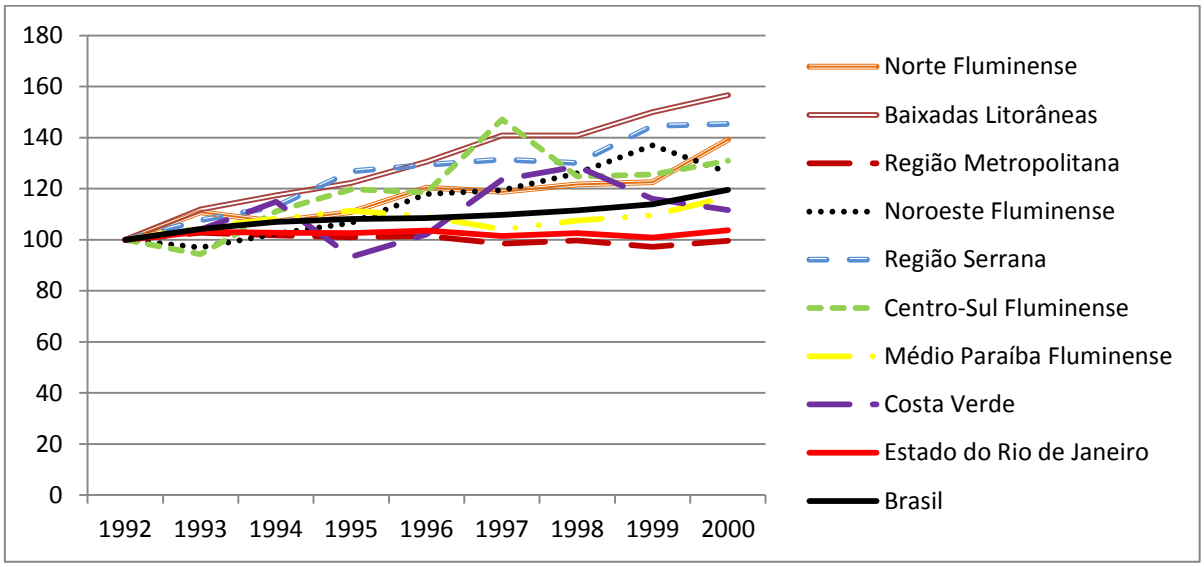
Tabela 4: Desempenho do mercado de trabalho das regiões fluminenses na década de 1990

Empregos Formais - anos selecionados				PR[1]			Emp. / Pop.	
	1992	2000	Variação	1992	2000	Variação	1992[2]	2000[3]
Norte Fluminense	70.856	98.640	39,2%	2,70%	3,63%	34,4%	11,4%	14,1%
Baixadas Litorâneas	33.120	51.866	56,6%	1,26%	1,91%	51,6%	10,7%	11,2%
Região Metropolitana	2.272.460	2.264.246	-0,4%	84,74%	83,30%	-1,7%	22,3%	20,1%
Noroeste Fluminense	24.323	30.760	26,5%	0,93%	1,13%	21,5%	8,8%	10,3%
Região Serrana	51.484	74.824	45,3%	1,97%	2,75%	39,6%	11,7%	16,1%
Centro-Sul Fluminense	28.774	37.686	31,0%	1,10%	1,39%	26,4%	12,5%	14,8%
Médio Paraíba Fluminense	116.322	135.872	16,8%	4,44%	5,00%	12,6%	16,6%	17,3%
Costa Verde	21.725	24.244	11,6%	0,83%	0,89%	7,2%	16,7%	14,0%
Estado do Rio de Janeiro	2.619.971	2.718.138	3,7%				20,3%	18,9%
Interior	347.511	453.892	30,6%	13,26%	16,70%	25,9%	12,8%	14,5%
RMRJ (-RJ)	439.807	531.328	20,8%	16,79%	19,55%	16,4%	9,3%	9,8%
MRJ	1.832.653	1.732.918	-5,4%	69,95%	63,75%	-8,9%	33,3%	29,6%
OMPETRO[9]	84.458	119.669	41,7%	3,22%	4,40%	36,6%	12,5%	14,4%

Fonte: RAIS. [1] Participação relativa. [2] IBGE população estimada. [3] Censo 2000.

Sem o MRJ, a RMRJ foi a principal propulsora na produção de empregos. O interior, porém, teve um resultado global muito favorável, crescendo em média mais do que a média brasileira. As regiões Baixadas Litorâneas (56,6%), Serrana (45,3%), Norte Fluminense (39,2%), Centro Sul Fluminese (31%) e Noroeste Fluminese (26,5%) apresentaram crescimento percentual maior que a média brasileira. Já as regiões Médio Paraíba (16,8%) e Costa Verde (11,6%) tiveram crescimento abaixo da média brasileira. (Ver Figura 3)

Figura 3: Índice de crescimento 1992-2000



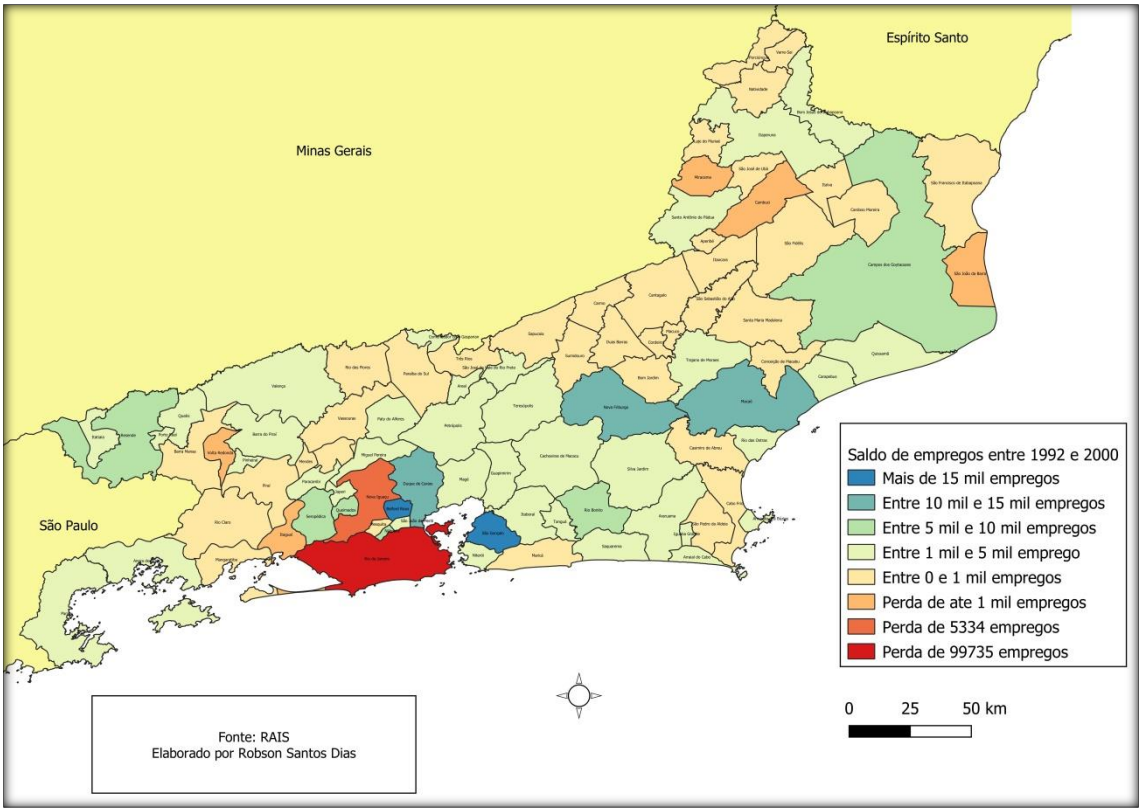
[9] Foram excluídos os municípios de Arraial do Cabo, Maricá e Niterói, que na época não eram municípios "produtores de petróleo."

Fonte: Elaborado com dados do RAIS

Em números absolutos, o Norte Fluminense liderou a produção de empregos formais no interior, com o saldo de 27.784 empregos, seguido da região Serrana (23.340), Médio Paraíba (19.550) e Baixadas Litorâneas (18.746). A região Noroeste Fluminense, apesar do resultado percentual médio acima da média nacional, apresentou saldo de apenas 6.437 empregos, o que demonstra que se tratou de uma região de pouca atratividade. A região Costa Verde, formada por apenas 3 municípios, produziu 2.519 empregos. Consequentemente, com exceção da região Costa Verde e obviamente a RMRJ, todas as regiões fluminenses tiveram alguma melhora na razão emprego/população.

Considerando apenas a OMPETRO como região, verifica-se que essa área foi a que apresentou maior crescimento absoluto de empregos no interior (35.211), e com crescimento percentual abaixo apenas da Baixada Litorânea e da região Serrana, porém sobre um mercado de trabalho maior. Neste sentido, é trivial afirmar a importância do desenvolvimento das atividades petrolíferas para tal resultado. No entanto, conforme demonstrado no Mapa 5, o resultado foi principalmente puxado pelos municípios de Macaé e Campos dos Goytacazes, de longe os principais mercados de trabalho da região.

Mapa 5: Saldo total de empregos por município

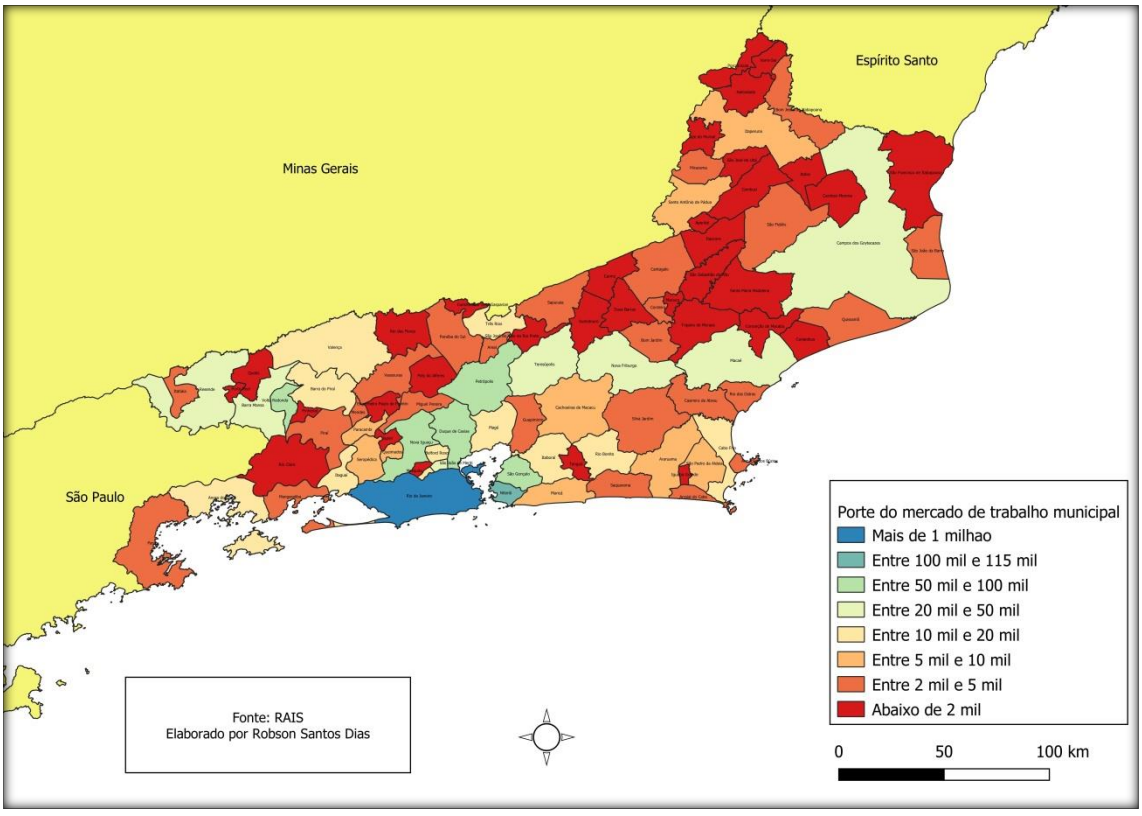


Em números totais, observa-se que na década de 1990, foram os municípios de São Gonçalo, Belford Roxo, Queimados, Macaé, Duque de Caxias e Nova Friburgo foram os municípios capazes de produzir mais de 10 mil empregos ao longo do período. Já

os municípios de Campos dos Goytacazes, Queimados, Rio Bonito, Nilópolis, Seropédica e Resende produziram entre 5 mil e 10 mil empregos. Esses foram os municípios com maior destaque. Ademais, o mapa é auto explicativo a respeito do padrão espacial do mercado de trabalho entre os municípios e regiões. Cabe destacar novamente o desempenho negativo do MRJ, que foi acompanhado apenas por Nova Iguaçu como os únicos municípios que apresentaram retração do mercado de trabalho.

No tocante ao tamanho dos mercados de trabalho municipais, verifica-se a importância dos municípios dos municípios metropolitanos (Niterói, Duque de Caxias, São Gonçalo, Nova Iguaçu, Petrópolis e São João de Meriti) como os maiores empregadores, mas também a excessiva concentração dos empregos no MRJ. No interior, em 2000 Volta Redonda foi o mais importante mercado de trabalho, seguido por Campos dos Goytacazes, Macaé, Nova Friburgo, Barra Mansa, Resende e Teresópolis). Em síntese, os mercados de trabalho da região metropolitana e dos municípios mais importantes do Médio Paraíba, da região Serrana e do Norte Fluminense são aqueles que se destacam no ERJ.

Mapa 6: Porte do mercado de trabalho dos municípios em 2000

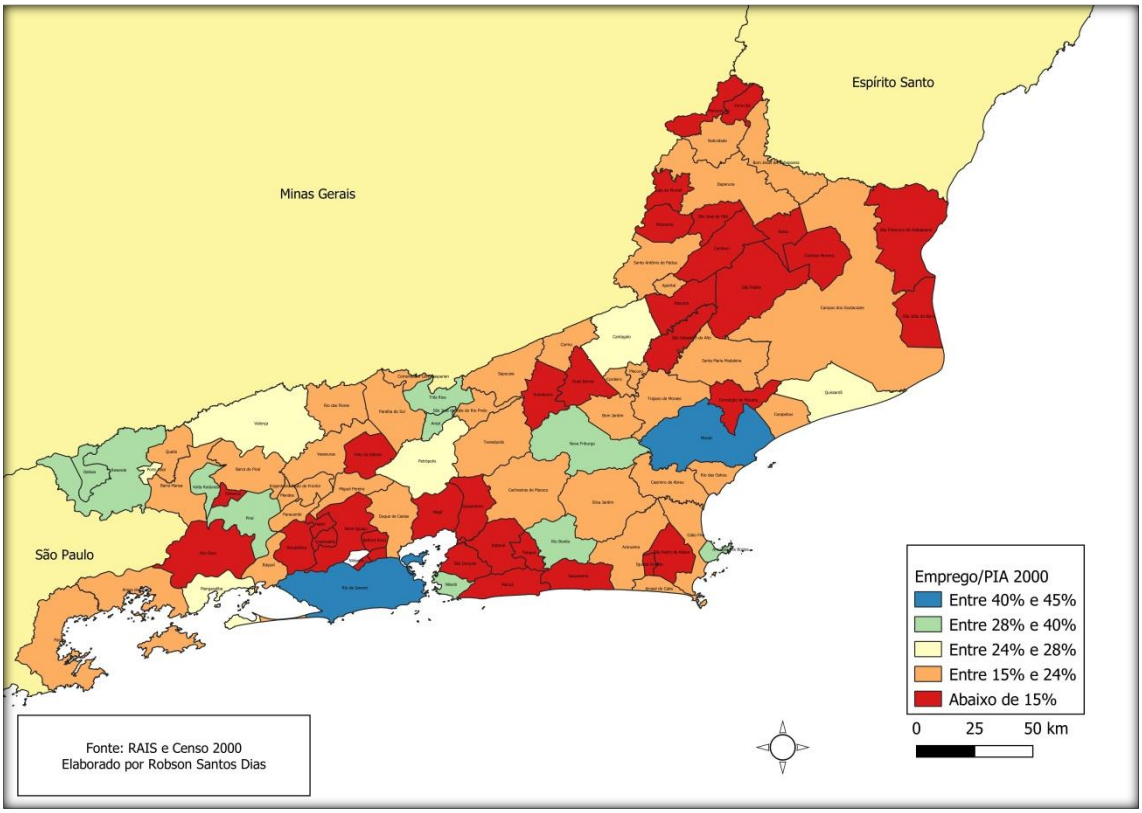


Está-se falando, no entanto, de municípios com perfis populacionais muito distintos. No mapa 7 está demonstrada a participação dos empregos formais frente à população em idade ativa[10] (PIA) e a partir desse indicador é possível se averiguar a capacidade de polarização do mercado de trabalho formal dos municípios. Nesse caso, verifica-se

[10] A PIA abrange o período entre 15 anos e 64 anos.

que vários dos municípios que possuíam mercados de trabalho de grande porte para os padrões fluminenses, na verdade representavam uma participação bastante modesta frente à sua própria PIA. É o caso de praticamente todos os municípios metropolitanos, com a exceção do MRJ, de Niterói e, em menor medida, Petrópolis. Para fins de referencia, no mesmo ano a participação do emprego formal na PIA brasileira foi de 23,9% e do ERJ 28%. Muito poucos municípios ficaram acima da média estadual, com destaque para o MRJ e Macaé, ambos acima de 40%, resultado muito alto para os padrões brasileiros. Sendo o MRJ um mercado de trabalho com mais 1 milhão e 500 mil empregos em 2000, sua boa situação elevou a média estadual. Na RMRJ, apenas Niterói também teve um resultado superior à média estadual, em companhia de municípios industrializados do Médio Paraíba (Volta Redonda, Barra Mansa, Resende e Itatiaia), Nova Friburgo, Três Rios, Rio Bonito e Armação de Búzios. É digno de nota a taxa bastante reduzida (menos de 15%) da ampla maioria dos municípios metropolitanos e com destaque os municípios menos populosos do Norte Fluminense e Noroeste Fluminense. Campos dos Goytacazes, mais populosos município do interior, apresentou uma taxa de participação inferior à média estadual. Dentre os municípios da OMPETRO, somente Macaé, e Armação de Búzios apresentaram taxas superiores à média nacional e Quissamã superior à média estadual.

Mapa 7: Participação do emprego na PIA em 2000



Evolução do emprego formal entre 2001 e 2010

No final da década de 1990 iniciou-se uma mudança de trajetória no ERJ que se tornou sustentada ao longo da década de 2000. Como visto anteriormente, houve uma significativa expansão do mercado de trabalho fluminense que cresceu mais de 45% entre 2001 e 2010, abaixo, porém, da média de expansão do mercado de trabalho no Brasil. Verificou-se também que na década de 1990 o resultado pífio do estado deveu-se em particular ao resultado negativo do MRJ, que por ser responsável por mais da metade do mercado de trabalho fluminense, foi determinante para colocar o ERJ como um dos estados de menor crescimento do emprego na década. Por outro lado, o interior fluminense e os demais municípios metropolitanos mantiveram taxas de crescimento em média superiores à média brasileira.

Entre 2001 e 2010, em todas as regiões fluminenses houve expansão do mercado de trabalho, com um crescimento mais significativo no interior fluminense, seguido pelos municípios metropolitanos, ficando o MRJ com uma taxa menos pronunciada, porém sobre um mercado de trabalho de maior porte. Com efeito, o interior e os municípios metropolitanos apresentaram ganho na participação no mercado de trabalho fluminense. Das regiões do interior fluminense, a Costa Verde, as Baixadas Litorâneas e o Norte Fluminense apresentaram um impulso muito forte ao longo da década, todas dobrando o porte de seus mercados de trabalho. Também foram apenas essas regiões que superaram a taxa de crescimento médio do Brasil, que foi de 62% entre 2001 e 2010. É digno de nota que no período o Norte Fluminense superou o Médio Paraíba Fluminense como principal mercado de trabalho do interior.

Não obstante, acompanhando o *boom* da década, todas as regiões apresentaram melhora na relação emprego/população. Os municípios da OMPETRO apresentaram na média um crescimento superior ao verificado na média do interior, porém abaixo da média do Norte Fluminense e Baixadas Litorâneas, principais regiões de origem da OMPETRO.

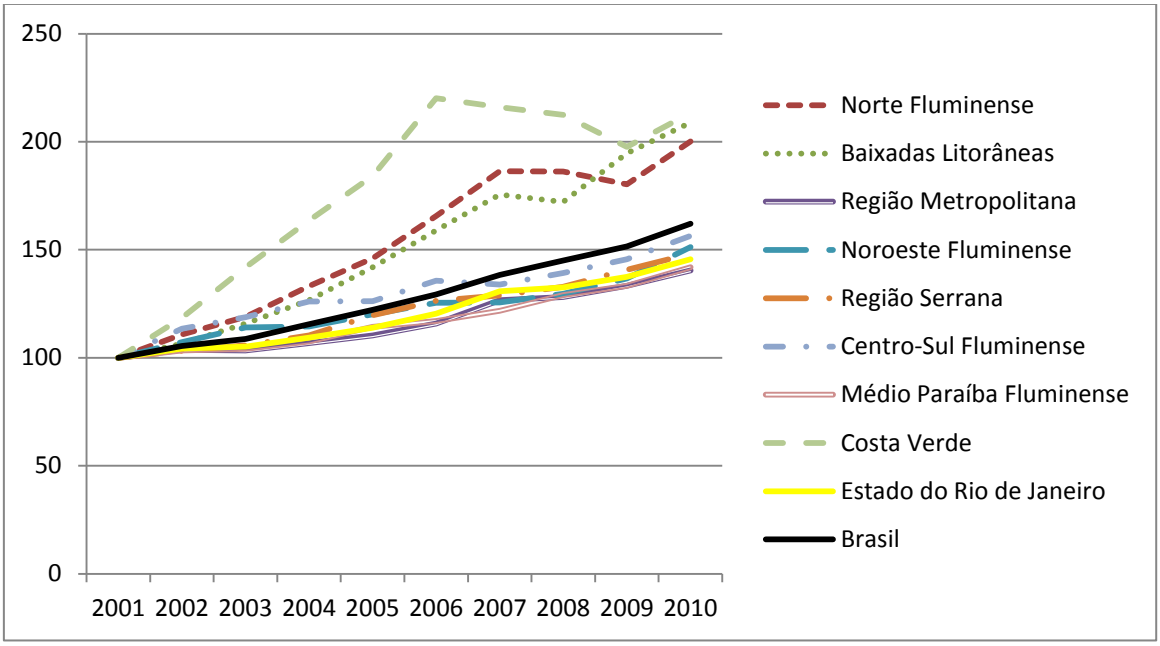
Tabela 5: Desempenho do mercado de trabalho das regiões fluminenses na década de 2000

Empregos Formais - anos selecionados				PR[1]			Emp. X Pop.	
	2001	2010	Variação	2001	2010	Variação	2001[2]	2010[3]
Norte Fluminense	113.523	227.140	100,1%	4,1%	5,6%	37,4%	16,0%	28,0%
Baixadas Litorâneas	59.479	124.202	108,8%	2,1%	3,0%	43,4%	12,3%	17,7%
Metropolitana	2.317.101	3.254.699	40,5%	82,7%	79,8%	-3,6%	20,4%	26,6%
Noroeste Fluminense	33.607	50.820	51,2%	1,2%	1,2%	3,8%	12,1%	16,0%
Serrana	73.966	109.555	48,1%	2,6%	2,7%	1,7%	15,8%	21,5%
Centro-Sul Fluminense	38.745	60.618	56,5%	1,4%	1,5%	7,4%	15,2%	22,3%
Médio Paraíba	138.284	196.160	41,9%	4,9%	4,8%	-2,6%	17,4%	22,9%
Costa Verde	26.665	56.888	113,3%	1,0%	1,4%	46,5%	14,9%	23,4%
ERJ	2.801.370	4.080.082	45,6%	-	-	-	19,3%	25,6%
Interior	484.269	825.383	70,4%	17,3%	20,2%	17,0%	15,3%	22,2%
RMRJ (-MRJ)	572.910	906.088	58,2%	20,5%	22,2%	8,6%	10,5%	15,3%
MRJ	1.744.191	2.348.611	34,7%	62,3%	57,6%	-7,5%	29,6%	37,2%
OMPETRO[11]	267.185	473.875	77,5%	9,8%	11,9%	21,9%	19,3%	27,4%

Fonte: RAIS. [1] Participação relativa. [2] IBGE população estimada. [3] Censo 2010

Na figura 4, abaixo, está ilustrado o índice de crescimento das regiões fluminenses em comparação com a média brasileira e a média estadual, em que se verifica que apenas as regiões Costa Verde, Baixadas Litorâneas e Norte Fluminense tiveram desempenho superior à média brasileira, enquanto que as demais confluem entre a taxa brasileira e a taxa média do ERJ. A RMRJ e a região do Médio Paraíba Fluminense foram as únicas regiões que apresentaram crescimento menor que a média fluminense.

Figura 4: Índice de crescimento das regiões fluminenses entre 2001 e 2010

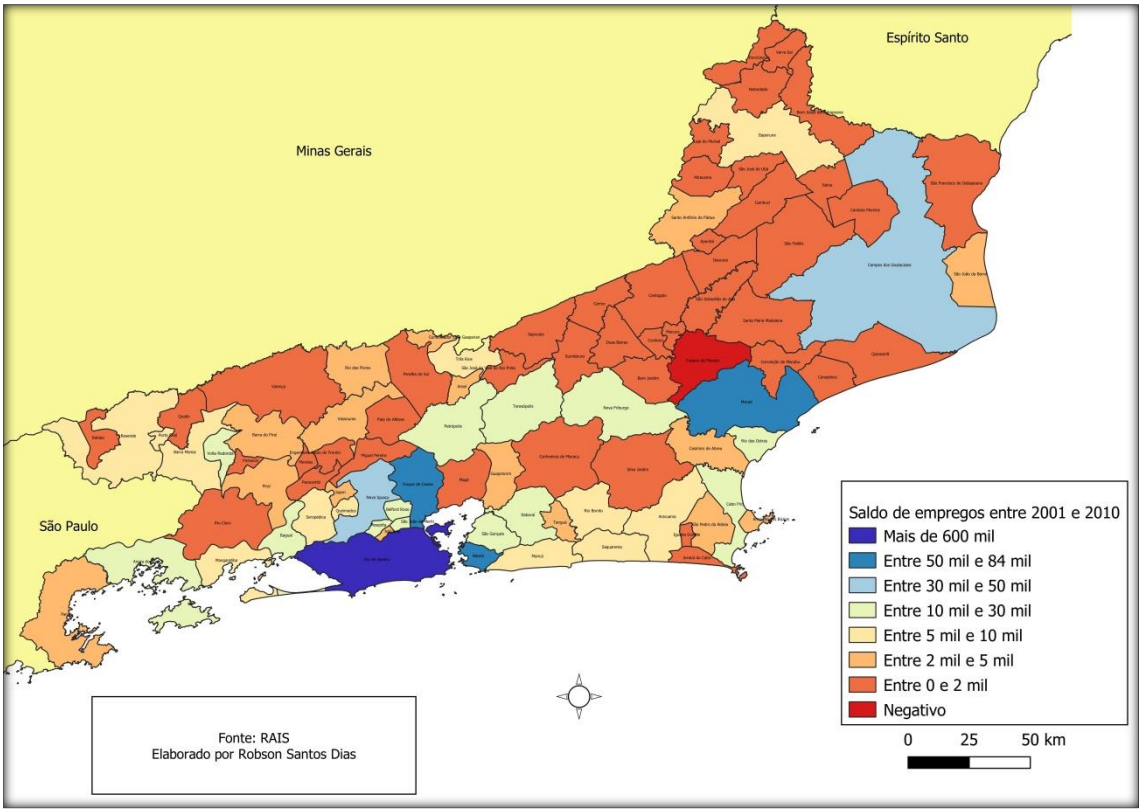


Elaborado com base no RAIS

[11] Incluídos os municípios de Arraial do Cabo, Maricá e Niterói.

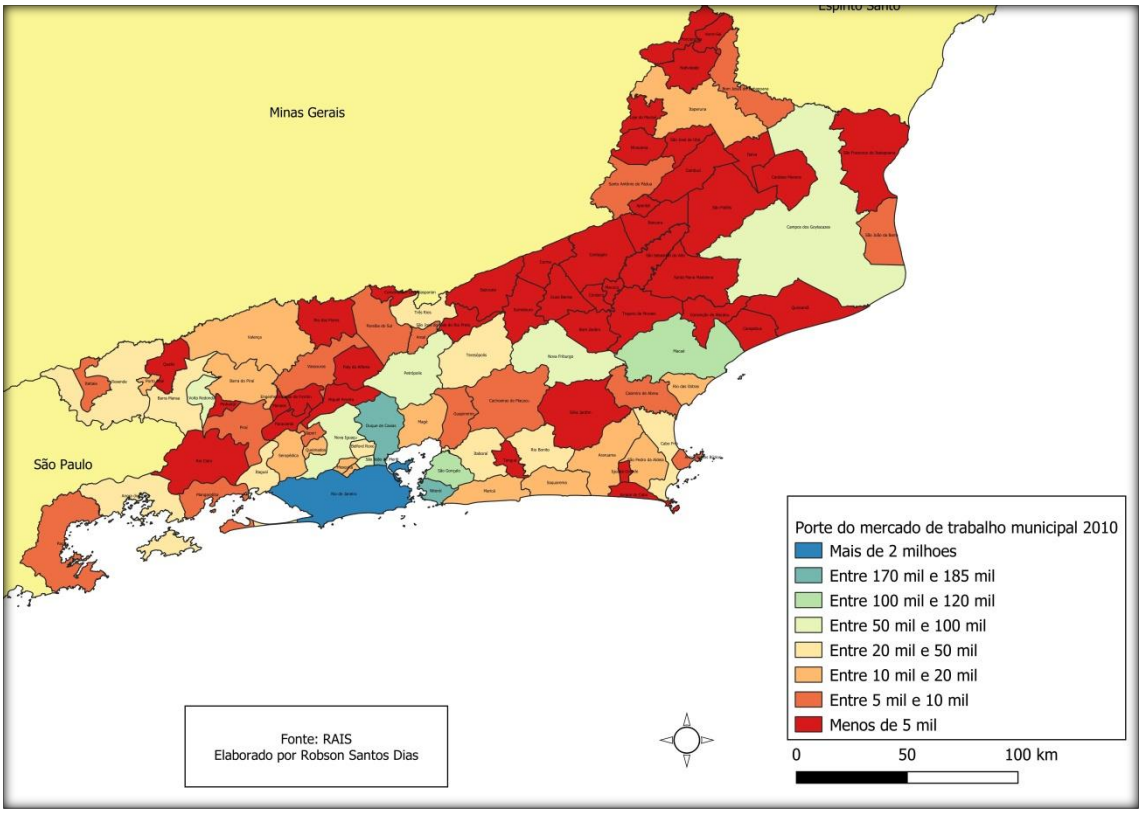
Quase metade do crescimento absoluto de empregos ao longo da década ficou concentrado no MRJ, que registrou um saldo de 604 mil empregos entre 2001 e 2010. Apesar disso, como visto, houve uma queda de sua participação. Fora o MRJ, Duque de Caxias (83.269), Macaé (64.680) e Niterói (53.842) lideraram a produção de novos empregos formais, seguidos pelos municípios de Campos dos Goytacazes (39.436) e Nova Iguaçu (30.678). Os demais municípios tiveram saldos inferiores a 30 mil no final da década, conforme categorizado no Mapa 8, abaixo.

Mapa 8: Saldo de empregos formais entre 2001 e 2010



Evidente que esse resultado deve ser relativizado de acordo com o porte dos mercados de trabalho municipais, para compreender o impacto desse crescimento nas realidades locais. Conforme demonstrado no Mapa 9, o MRJ concentra mais de 2 milhões de empregos formais (ver o dado na Tabela 5, acima). Para além do Rio de Janeiro, os mercados de trabalho mais importantes são Niterói (181.029), Duque de Caxias (173.958), Macaé (115.775), São Gonçalo (101.144), Nova Iguaçu (93.779), Campos dos Goytacazes (87.380), Petrópolis (71.225), Volta Redonda (69.162), São João de Meriti (35.043) e Nova Friburgo (50.190). Os demais municípios contam com mercados de trabalho inferior a 50 mil empregos formais.

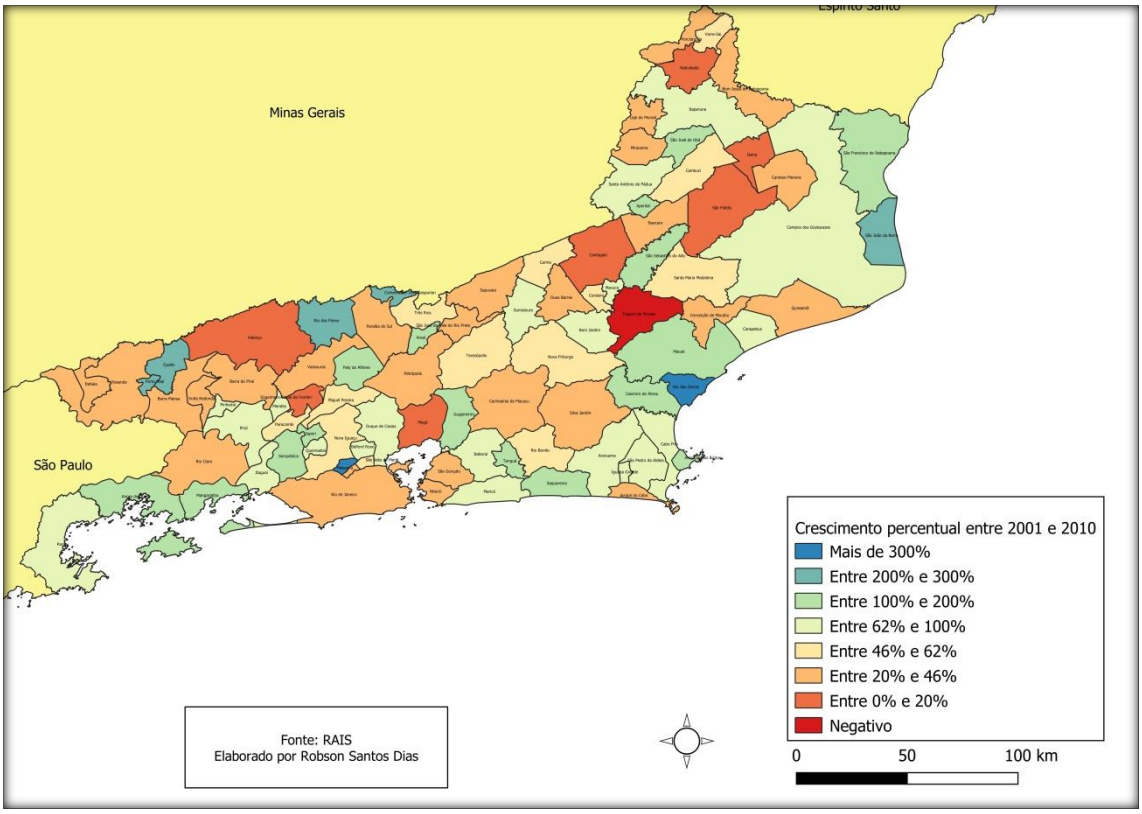
Mapa 9: Porte dos mercados de trabalho municipais em 2010



Em termos relativos, dado o tamanho respectivo dos mercados de trabalho, a taxa de crescimento percentual ao longo da década apresentou uma mapa bastante diferente aos valores totais. Para fins de comparação o Brasil teve um crescimento percentual acumulado de 62% e o ERJ 46% ao longo da década. O ERJ teve 44 municípios que cresceram mais que a média brasileira, verificando-se uma certo concentração desses municípios nas áreas costeiras do Norte Fluminense, Baixadas Litorâneas, Costa Verde e alguns municípios da Região Metropolitana. A hipótese provável do desempenho positivo desses municípios, alguns como Duque de Caxias, Macaé e Campos dos Goytacazes fazendo parte também dos mercados de maior porte, deve-se aos encadeamentos do ciclo expansivo da cadeia produtiva de petróleo ao longo da década, seja derivado do segmento de exploração e produção (principal encadeador do litoral norte do estado), seja de investimentos de segmentos de apoio, como a construção naval na Costa Verde. Os setores específicos que alavancaram esses municípios serão tema de estudos futuros em outros boletins.

Por outro lado, 13 municípios sem um padrão espacial nítido cresceram menos que a média brasileira, mas com taxas superiores à média estadual. Os demais 35 municípios cresceram menos que a média estadual, sendo que o município de Trajano de Moraes apresentou uma queda de 21%, sendo o único município com resultado negativo. Dentre os municípios com crescimento mais lento, estão o MRJ, Niterói e São Gonçalo, além da região industrializada do Médio Paraíba, e porções significativas do Centro Sul, Serrana e Noroeste Fluminense. Em suma, o ciclo expansivo beneficiou principalmente os municípios litorâneos do ERJ.

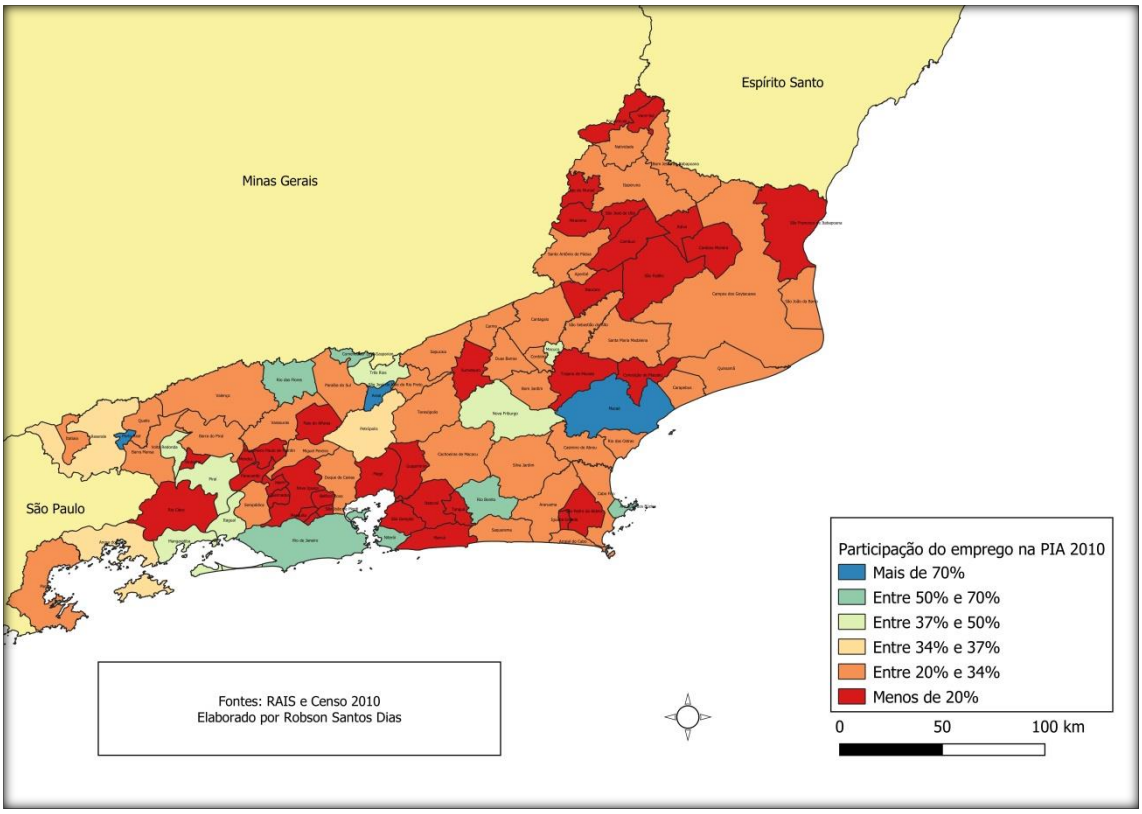
Mapa 10: Crescimento percentual acumulado entre 2001 e 2010



O impacto do ciclo expansivo do emprego na inserção da força de trabalho em idade de trabalho foi significativo para o conjunto do estado (assim como para o Brasil). O número de municípios com uma taxa de participação do emprego na PIA superior à média brasileira ficou praticamente inalterado em relação a 2000 (18 em 2000 e 19 em 2010), mas alguns desses municípios apresentaram uma evolução muito significativa. Em 2000 o MRJ era o que apresentava melhor situação, mas foi superado ao longo da década por municípios como Porto Real (95% da PIA), Macaé (78% da PIA), Areal (74% da PIA), Rio das Flores (64%), Comendador Levy Gasparian (63%) e Rio Bonito (62%). O MRJ, concentrando metade dos empregos fluminenses, ampliou seu mercado de trabalho para 53% da PIA (contra 43% em 2000).

A maior parte dos municípios fluminenses apresentaram participação do emprego na PIA menor do que a média brasileira, sendo que 38 variaram entre 20% e 34%, englobando a grande maioria dos municípios do interior, em todas as regiões, e 35 apresentavam índices de empregos formais inferiores a 20% da PIA. No caso dos municípios com pior índice, há um padrão espacial identificável, com concentração em vários municípios das faixas oeste (Baixada Fluminense) e leste (São Gonçalo, Maricá, Itaguaí, Tanguá, Guapimirim e Magé) da Região Metropolitana e a maior parte dos municípios do Noroeste Fluminense.

Mapa 11: Participação do emprego formal na PIA em 2010



Evolução do emprego formal entre 2011 e 2018

Ao longo da década de 2010 verificou-se o auge do *boom* expansivo do emprego em 2014, ainda que sob uma tendência geral do país de queda do ritmo econômico, e o colapso do biênio 2015 e 2016, do qual ainda não se encontrou a recuperação. Na análise que se fará a seguir, ter-se á o quadro geral do período entre 2011 e 2018 e, então, a análise mais detida do impacto da crise econômica no mercado de trabalho fluminense.

Conforme consta na Tabela 6, o ERJ teve uma perda de -7,6% de empregos formais. A Costa Verde foi de longe a mais impactada, perdendo quase um quinto (-19,4%) dos empregos formais, seguida pelo Centro Sul Fluminense (-9,3%), Região Metropolitana (-8,6%), Norte Fluminense (-8,2%) e Médio Paraíba (-2,3%). Algumas regiões, entretanto, ainda assim apresentaram saldos positivos: Baixadas Litorâneas (4,6%), Noroeste Fluminense (3,9%) e Serrana (2,7%). Como de costume, o MRJ dado o seu peso, foi determinante para puxar a taxa fluminense para baixo (-9,3%), uma queda maior que os demais municípios metropolitanos (-7,0%) e o interior (-3,7%).

O conjunto dos municípios da OMPETRO apresentaram uma queda no estoque de emprego pouco menor do que a média do interior, no caso -3,5%. O resultado por município, entretanto, foi heterogêneo, já que os municípios com os maiores mercados de trabalho apresentaram saldo negativo, no caso Macaé e Campos dos Goytacazes, em virtude da crise do setor de petróleo e gás, e Niterói, inserido na dinâmica do mercado de trabalho metropolitano. Por outro lado, o resultado positivo dos municípios turísticos das Baixadas Litorâneas contrabalançaram de modo positivo a taxa regional,

reduzindo estatisticamente as perdas. Entretanto, como se tratam de municípios com grande atratividade populacional, o impacto da queda regional do emprego foi mais sensível junto à estimativa de população do que a média do interior. O real impacto da evolução recente do mercado de trabalho sobre a PEA só será possível quando saírem os resultados do Censo.[12]

Tabela 6: Desempenho do mercado de trabalho das regiões fluminenses na década de 2010

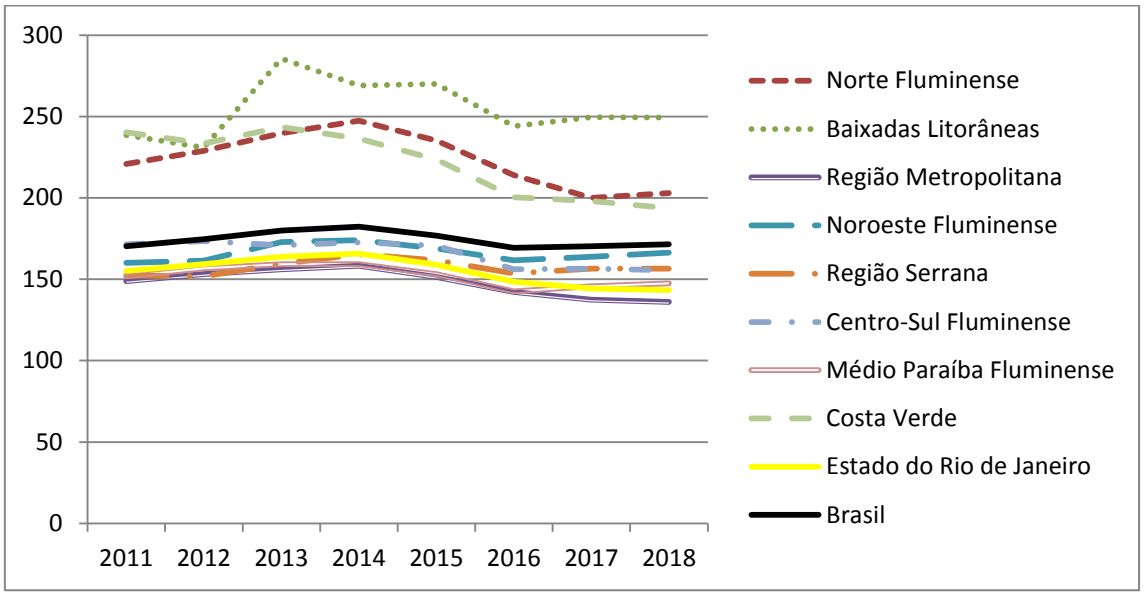
Empregos Formais - anos selecionados				PR[1]			Pop. X Emp.	
	2011	2018	Variação	2011	2018	Variação	2011[2]	2018[2]
Norte Fluminense	250.805	230.307	-8,2%	5,8%	5,7%	-0,6%	30,9%	25,0%
Baixadas Litorâneas	141.897	148.369	4,6%	3,3%	3,7%	13,2%	19,7%	17,5%
Região Metropolitana	3.449.342	3.151.387	-8,6%	79,3%	78,4%	-1,1%	28,0%	24,2%
Noroeste Fluminense	53.801	55.924	3,9%	1,2%	1,4%	12,5%	16,9%	16,7%
Região Serrana	112.670	115.749	2,7%	2,6%	2,9%	11,2%	22,0%	21,3%
Centro-Sul Fluminense	66.466	60.264	-9,3%	1,5%	1,5%	-1,8%	24,3%	21,0%
Médio Paraíba Fluminense	209.980	203.852	-2,9%	4,8%	5,1%	5,1%	24,4%	22,4%
Costa Verde	64.091	51.629	-19,4%	1,5%	1,3%	-12,8%	25,8%	18,0%
Estado do Rio de Janeiro	4.349.052	4.017.481	-7,6%	-	-	-	27,1%	23,4%
Interior	899.710	866.094	-3,7%	20,7%	21,6%	4,2%	24,0%	21,0%
RMRJ (-MRJ)	951.680	885.233	-7,0%	21,9%	22,0%	0,7%	16,0%	14,0%
MRJ	2.497.662	2.266.154	-9,3%	57,4%	56,4%	-1,8%	39,3%	33,9%
OMPETRO	526.402	507.922	-3,5%	12,1%	12,6%	4,5%	29,6%	25,2%

Fonte: RAIS. [1] Participação relativa. [2] IBGE população estimada.

Na Figura 5, abaixo, está representado o índice de crescimento do estoque de empregos formais tendo como referência o ano de 2001, em extensão à Figura 4. Se verifica que até 2018, as únicas regiões que apresentaram um saldo superior a média brasileira foram as regiões Baixada Litorânea, Norte Fluminense e Costa Verde. Entretanto, o impacto da crise a partir de 2015 foi profunda em todas as regiões.

[12] O Censo era previsto para ocorrer em 2020, porém a conjunção da pandemia do COVID-19 e da política de desmonte das instituições públicas do governo federal nos anos recentes criaram incertezas a respeito de quando o Censo se realizará e a extensão dos indicadores que serão coletados, haja visto a lamentável defesa do ministro Paulo Guedes pela redução de informações a serem coletadas pelo IBGE.

Figura 5: Índice de crescimento entre 2011 e 2018 (referência 2001)



Elaborado a partir do RAIS

Quando se verifica a miúdo a taxa de crescimento da década de 2010 por meio de recortes, nota-se que entre 2011 e 2014, na fase final do *boom* expansivo, apenas as regiões Baixadas Litorâneas, Norte Fluminense, Noroeste Fluminense e Serrana apresentaram crescimento superior à média brasileira. Os destaques negativos foram as regiões Centro Sul, que ficou próximo à estagnação e a Costa Verde, que a despeito da forte expansão dos anos anteriores, iniciou sua trajetória de queda já no início da década.

A crise do biênio 2015/2016 foi mais pronunciada no conjunto do ERJ do que na média brasileira, conforme analisado anteriormente. Somente as regiões Noroeste Fluminense e Serrana ficaram na média de perdas do país (-7,1%) e as demais regiões apresentaram taxas piores. A Costa Verde foi a região mais afetada, eliminando 15,2% dos seus empregos formais, seguido de perto pelo Norte Fluminense (-13,5%). Pela primeira vez em anos a Região Metropolitana não foi a de pior desempenho relativo, sendo apenas a quarta região com maior queda (-10,3%), pouco melhor que a região do Médio Paraíba. As regiões Centro Sul Fluminense (-9,6%) e Baixadas Litorâneas (-9,3%) também tiveram uma queda significativa, superior à média nacional.

No biênio de 2017/2018, não houve recuperação, como passou a ser anunciado por parte da imprensa, já que a variação a nível nacional foi de apenas 1,2%. No ERJ a situação vem sendo pior, já que o estado continuou a perder empregos. As regiões responsáveis pelo resultado foram justamente as mais importantes, a Região Metropolitana (-4,3%) e o Norte Fluminense (-5,2%), esta última pela primeira vez em anos foi a região que apresentou o pior desempenho do estado. A região Costa Verde continuou a apresentar perdas (-3,4%), assim como o Centro Sul Fluminense (-0,7%). As demais regiões apresentaram um saldo positivo, mas que nem de longe recuperaram as perdas do biênio anterior. A região do Médio Paraíba Fluminense

apresentou a melhor taxa (3,4%), seguido pelo Noroeste Fluminense (3%), Baixadas Litorâneas (2,2%) e Serrana (1,9%).

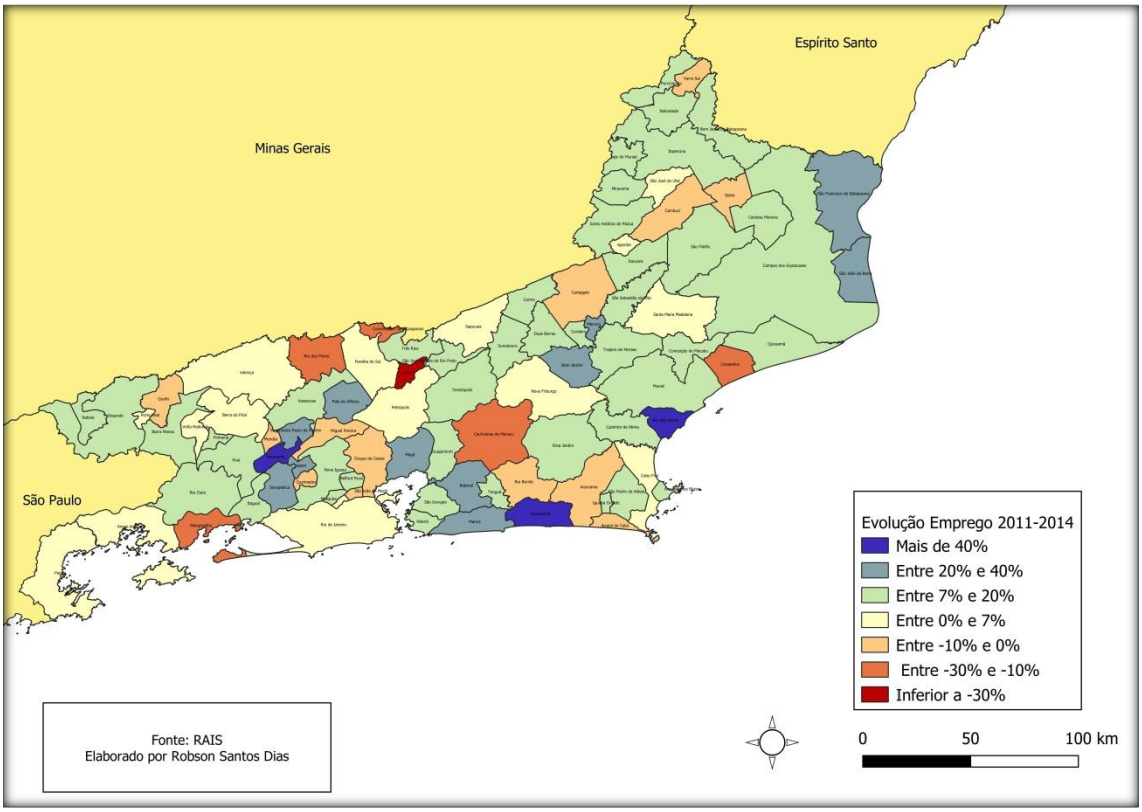
Tabela 7: Taxa de crescimento do estoque de emprego

	2011-2014	2014-2016	2016-2018
Norte Fluminense	12,0%	-13,5%	-5,2%
Baixadas Litorâneas	12,8%	-9,3%	2,2%
Região Metropolitana	6,4%	-10,3%	-4,3%
Noroeste Fluminense	8,7%	-7,1%	3,0%
Região Serrana	8,5%	-7,1%	1,9%
Centro-Sul Fluminense	0,7%	-9,6%	-0,3%
Médio Paraíba Fluminense	4,9%	-10,5%	3,4%
Costa Verde	-1,7%	-15,2%	-3,4%
Estado do Rio de Janeiro	6,7%	-10,4%	-3,4%
Brasil	7,0%	-7,1%	1,2%
OMPETRO	10,9%	-11,4%	-1,8%

Elaborado com dados do RAIS

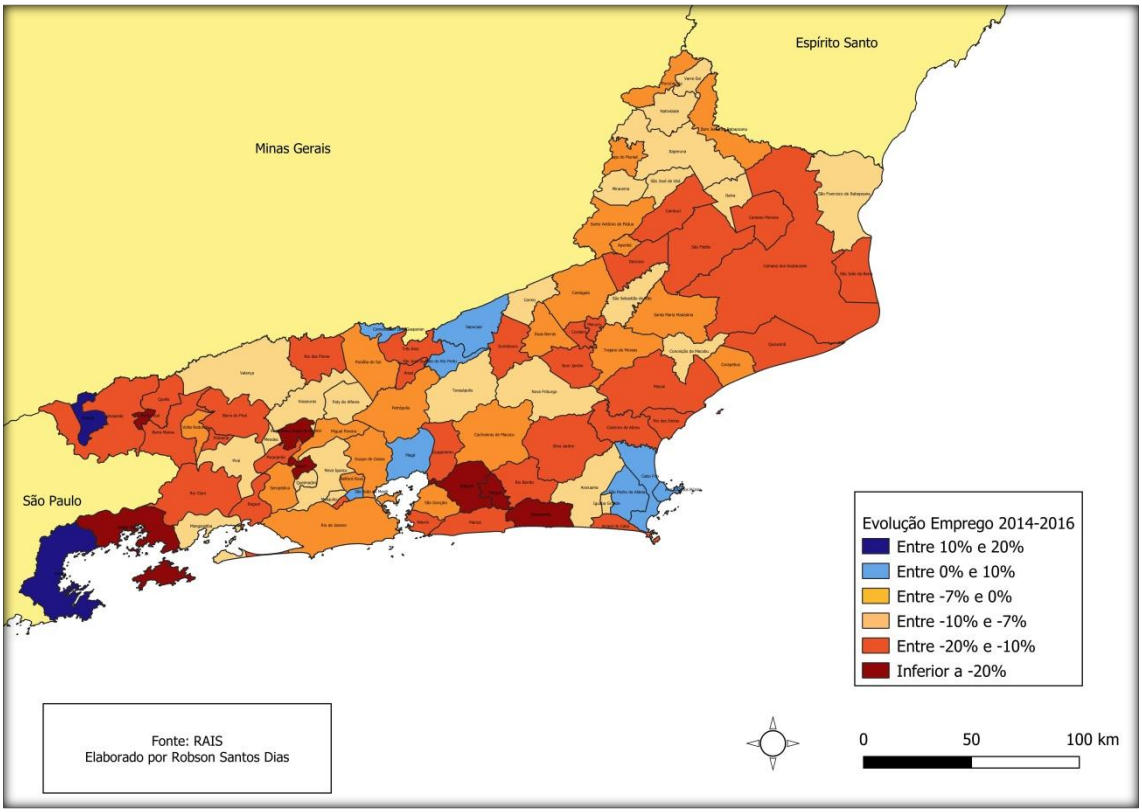
O desempenho por município ao longo das três fases está demonstrada nos mapas abaixo. No Mapa 12 observa-se que entre 2011 e 2014 a ampla maioria dos municípios fluminenses conseguiram obter taxas de crescimento superiores à média brasileira e estadual (que como visto, foram próximas nesse período). É possível observar pelo menos um padrão de alto crescimento, superior a 20%, em alguns municípios periféricos da Região Metropolitana, possível reflexo de investimentos industriais ocorridos na época. No interior, Rio das Ostras e Saquarema tiveram desempenho superior a 40%. Com razoável dispersão entre as regiões, com destaque para o Norte Fluminense e Noroeste Fluminense, foram os municípios com crescimento entre 7% e 20%, alguns dos quais com importantes mercados de trabalho, como o caso de Macaé, Campos dos Goytacazes, Niterói, São Gonçalo, Nova Iguaçu, Barra Mansa e Resende. Isso compensou o resultado abaixo da média, mas ainda positivo, do MRJ e de outros municípios importantes como Petrópolis, Nova Friburgo, Volta Redonda, Cabo Frio e Angra dos Reis, assim como os municípios que tiveram resultados negativos no período, com destaque para Duque de Caxias como mercado de maior porte que teve perda de empregos.

Mapa 12: Evolução percentual do emprego formal entre 2011 e 2014



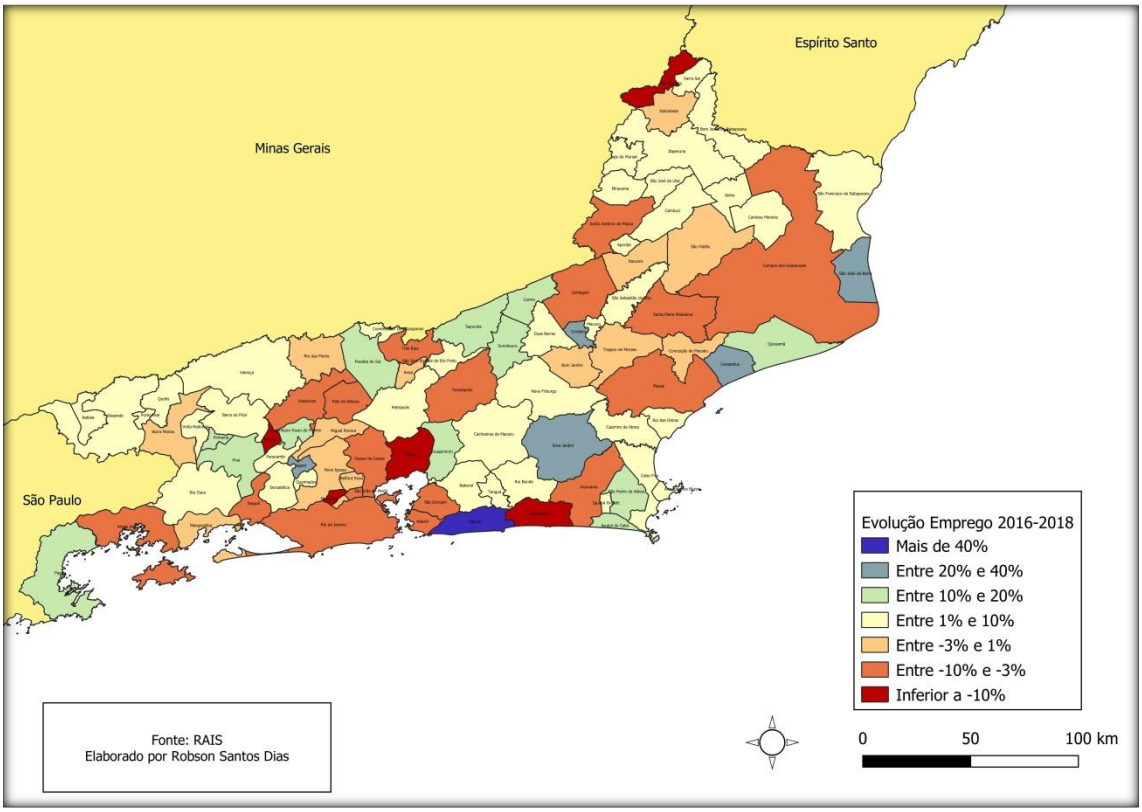
No período entre 2014 e 2016 o ERJ teve uma queda maior que a média brasileira, reflexo do impacto da crise na quase totalidade dos municípios fluminenses. Somente 10 municípios não apresentaram perdas em relação a 2014, sendo que somente Paraty e Itatiaia cresceram mais de 10% no período. Considerando a média de perdas do Brasil no período, somente 23 tiveram perdas inferiores à média, incluindo os municípios de Nova Iguaçu, Nova Friburgo e Teresópolis. Na situação intermediária, dos municípios que ficaram entre a média de perdas do Brasil e a média de perdas do ERJ foram 20 municípios, dentre os quais o MRJ, Duque de Caxias, São Gonçalo, Volta Redonda e Petrópolis. O impacto foi mais pesado para os demais municípios, em particular alguns dos municípios que mais se beneficiaram do *boom* da década anterior, como Macaé, Campos dos Goytacazes, Angra dos Reis e Itaboraí. Pelo padrão espacial dos municípios de maior perda, é possível se perceber que os mais atingidos pela crise foram os municípios nas zonas de influência das atividades petrolíferas e na região tradicional da indústria no ERJ, que é o Médio Paraíba.

Mapa 13: Evolução percentual do emprego entre 2014 e 2016



Entre 2016 e 2018, verificou-se a nível nacional uma estabilização do mercado de trabalho, com uma variação positiva de 1,2%, enquanto que o ERJ continuou em trajetória de queda, de -3,4%. Alguns municípios, entretanto, conseguiram crescer, com destaque para o Maricá, que atingiu um crescimento de 44%, Cordeiro (38%) e São João da Barra (30%). Entretanto, nenhum dos municípios que tiveram uma retomada superior a 10% de seus estoques de emprego formal em relação a 2016 eram dos municípios mais importantes. Nesse caso, o saldo foi, em geral, negativo, pois dos 17 municípios que contavam em 2018 com estoques superiores a 30 mil empregos formais, apenas 5 não continuaram a apresentar perdas. E desses, apenas Resende (8%) e Nova Friburgo (4,1%) apresentaram algum crescimento. Volta Redonda (2,7%), Petrópolis (1,4%) e Cabo Frio (1,6%) tiveram uma variação suficiente para não registrar perdas, seguindo a tendência global da economia brasileira. Macaé (-8,2%), Campos dos Goytacazes (-6,5%) e Angra dos Reis (-7,3%) continuaram a apresentar perdas significativas, o que demonstra as incertezas que passaram a rondar o setor de petróleo e gás no país.

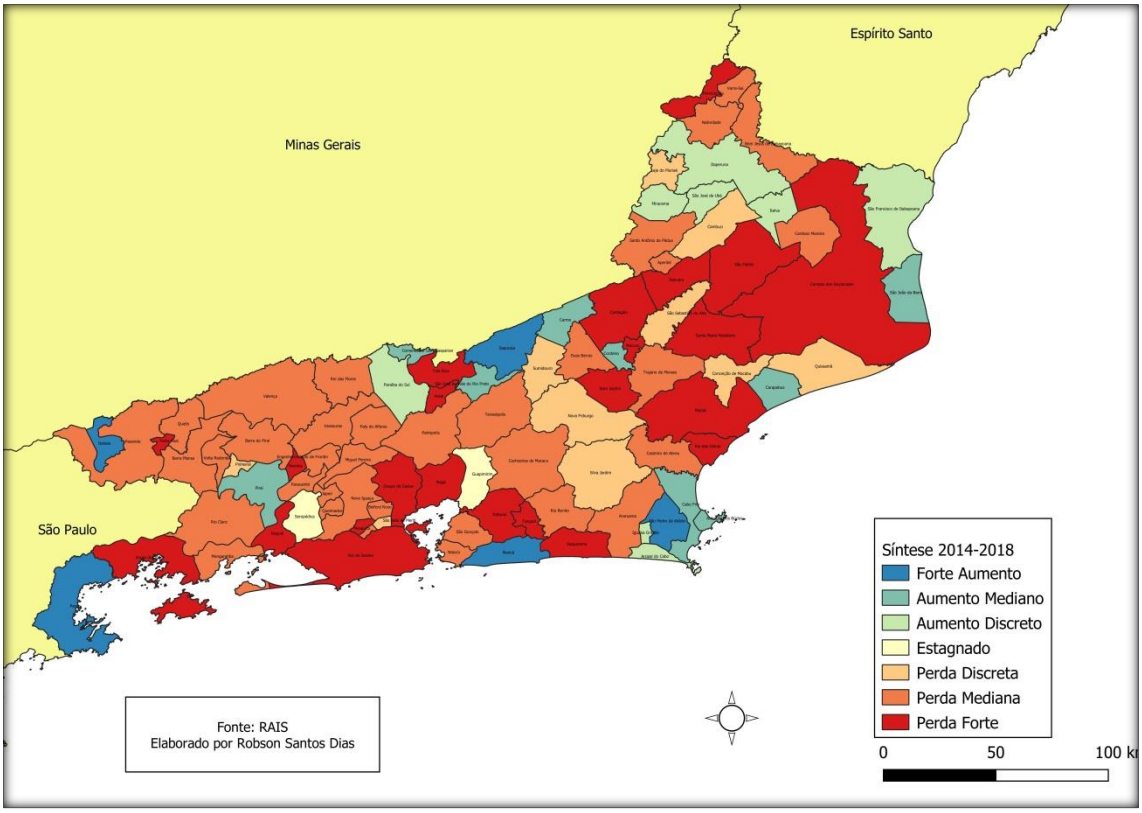
Mapa 14: Evolução percentual do emprego entre 2016 e 2018



Por fim, no Mapa 15 está ilustrada a síntese do desempenho dos mercados de trabalho municipais entre 2014 e 2018, de modo a se identificar os níveis de perda, assim como aqueles municípios que conseguiram, de alguma maneira, recuperar os estoques de 2014[13]. Observa-se que apenas 22 municípios conseguiram apresentar crescimento de estoquem no período, a maior parte municípios de pouco peso econômico, com exceção de Cabo Frio e Itaperuna, que é o principal polo do Noroeste Fluminense. A ampla maioria dos municípios fluminenses apresentaram níveis variados de perda, sendo que a parte mais significativa dos principais mercados de trabalho municipais apresentaram perdas superiores a 15%, o que inclui o MRJ, Duque de Caxias, Macaé, Campos dos Goytacazes e Angra dos Reis. Vê-se, portanto, que o colapso econômico que se iniciou em 2015 no Brasil teve impactos muito severos no ERJ, em particular nos seus municípios mais importantes.

[13] Não será tratado neste boletim o perfil dessa recuperação. Os aspectos específicos da crise a partir de 2015 nos municípios fluminenses será alvo de tratamento específico em estudos futuros.

Mapa 15: Síntese da dinâmica do emprego formal entre 2014 e 2018[14]



[14] A tipologia do mapa foi a seguinte: Forte Aumento (maior que 15%); Aumento Mediano (Entre 5% e 15%); Aumento Discreto (Entre 1% e 5%); Estagnado (0%); Perda Discreta (Entre -1% e -5%); Perda Mediana (Entre -5% e -15%); Perda Forte (Inferior a -15%).

CONCLUSÕES

A primeira conclusão já adiantada no texto e que melhor caracteriza a dinâmica global do mercado de trabalho fluminense é que o ERJ tem sido uma das unidades da federação com pior desempenho na produção de empregos formais nos ciclos de expansão da economia e, por outro lado, foi o estado mais afetado pela crise econômica a partir de 2015.

Não obstante, a dinâmica do mercado de trabalho fluminense possui diversos matizes territoriais. Em primeiro lugar, o peso do mercado de trabalho do município do Rio de Janeiro é determinante para o desempenho global do estado. Daí que duas características especificamente cariocas determinam o quadro do ERJ: o baixo dinamismo relativo do mercado de trabalho carioca e a elevada participação do emprego formal frente a PEA. Daí que o resultado global do ERJ reproduzir essa dupla característica.

Deduzida a participação do MRJ o quadro se alterou bastante ao longo do período analisado. De modo consistente o interior fluminense conjuntamente apresentou taxas mais elevadas de produção de empregos, superior à média nacional. Já os municípios metropolitanos flutuaram próximos à média nacional, ora acima, ora abaixo, de acordo com o período analisado. Por outro lado, as condições herdadas são significativamente piores que do MRJ, pois tanto os municípios metropolitanos, quanto o interior fluminense apresentaram taxas de participação do emprego formal na PEA inferiores à média nacional.

Tratar, entretanto, o interior fluminense em conjunto apenas tem sentido enquanto método comparativo com o MRJ e a RMRJ. O quadro é bastante heterogêneo. A maior parte dos municípios fluminenses de fato apresentou um crescimento relativo superior à média estadual. No entanto, o crescimento mais importante ficou restrito aos municípios “produtores de petróleo” do Norte Fluminense e das Baixadas Litorâneas, que além de formarem o principal mercado de trabalho regional do interior, foram aqueles que também tiveram maior dinamismo, superando a industrializada região do Médio Paraíba Fluminense. A região, entretanto, foi duramente impactada pela crise dos anos de 2015 em diante. Os principais vetores das taxas negativas foram justamente os dois mercados mais importantes, Campos dos Goytacazes e Macaé, que até 2018 não conseguiram cessar a perda de postos de trabalho. Notória exceção são os municípios ao redor do polo turístico de Armação de Búzios e Cabo Frio, que apresentaram algum crescimento entre 2016 e 2018. Considerando que o município de Paraty também se destacou na fase após o colapso, será necessária uma análise mais detida se os setores ligados ao turismo conseguiram criar alguma resiliência a esses municípios.